



Centro Universitário de Brasília

Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

RENATA CAROLINA NOGUEIRA DOS SANTOS

**A RELAÇÃO ENTRE OS PROFISSIONAIS E O MERCADO DE TRABALHO:
UM ESTUDO DE CASO SOB O PRISMA DOS EGRESSOS DO ENSINO SUPERIOR PARA
COMPREENDER SE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO OS PREPARARAM PARA ESTA
CORRELAÇÃO**

Brasília
2017

RENATA CAROLINA NOGUEIRA DOS SANTOS

**A RELAÇÃO ENTRE OS PROFISSIONAIS E O MERCADO DE TRABALHO:
UM ESTUDO DE CASO SOB O PRISMA DOS EGRESSOS DO ENSINO SUPERIOR PARA
COMPREENDER SE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO OS PREPARARAM PARA ESTA
CORRELAÇÃO**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu em Gestão de Pessoas e Coaching*.

Orientadora: Prof. Fabyola Simonassi

Brasília
2017

RENATA CAROLINA NOGUEIRA DOS SANTOS

**A RELAÇÃO ENTRE OS PROFISSIONAIS E O MERCADO DE TRABALHO:
UM ESTUDO DE CASO SOB O PRISMA DOS EGRESSOS DO ENSINO SUPERIOR PARA
COMPREENDER SE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO OS PREPARARAM PARA ESTA
CORRELAÇÃO**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu em Gestão de Pessoas e Coaching*.

Orientadora: Prof. Fabyola Simonassi

Brasília, _____ de _____ de 2017.

Banca Examinadora

Prof. Dr.

Prof. Dr.

AGRADECIMENTOS

A Deus em sua infinita sabedoria, por ter me dado a vida e com os anos eu ter aprendido a vivê-la. E também a cada dificuldade, que me ensinou a apreciar cada instante de felicidade.

Conhecimento preenche o cérebro. Sabedoria alivia o coração. Para adquirir o primeiro, é preciso alimentar a mente. Para adquirir a segunda, é preciso externar o conhecimento – acrescido do amor – através dos nossos atos.

Sergio Aires

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho foi realizar uma pesquisa, que consiste em um estudo de caso, junto aos egressos do ensino superior para compreender se os diversos perfis de profissionais, por meio de suas formações acadêmicas, sentem-se preparados pelas instituições de ensino superior para atender às insaturáveis demandas do mercado de trabalho. Foi realizada uma análise de caráter quantitativo onde cinquenta e duas pessoas responderam a um questionário com dezoito perguntas, na cidade de Brasília/DF. Para fundamentação teórica do assunto, três autores foram essenciais: Cattani, Kleiman e Fávero; além das ponderações da autora. Após o exame bibliográfico, documental, tabulação e interpretação dos dados conseguidos, pode-se afirmar que há uma inquietação por parte dos egressos do ensino superior. E mesmo que há muito se aborde a temática proposta; ainda há o que se pesquisar, discutir, planejar e transformar sobre a relação do perfil profissional, o mercado de trabalho e a formação escolar. São objetos que de acordo com Cattani (2000. p. 143) “[...] têm que ser questionados continuamente e confrontados às iniciativas socialmente mais avançadas”.

Palavras chaves: Mercado de Trabalho. Instituições de Ensino Superior. Egressos do Ensino Superior.

ABSTRACT

The overall objective of the study was realize a research which consists in a study case with graduates of higher education to understand if the various profiles of professionals, through their academic training, feel prepared by higher education institutions to face the unsurpassed demands of the labor market. A quantitative analysis was performed where fifty two people answered a questionnaire with eighteen questions, in Brasília / DF. For the subject theoretical basis, three authors were essential: Cattani, Kleiman and Fávero; besides the author's considerations. After the bibliographical, documentary, tabulation and interpretation of obtained data, it can be affirmed that there is a concern on part of higher education graduates. And even though the proposed theme has long been addressed, there is still what to research, discuss, plan and transform about the relationship of professional profile, labor market and school education. They are objects that according to Cattani (2000, p. 143) "[...] have to be continuously questioned and confronted with socially advanced initiatives."

Key words: Labor Market. Higher education institutions. Graduates of Higher Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – O que é competência	20
Quadro 2 – Diferenças entre as gerações.....	22
Quadro 3 – Educação Tradicional X Educação Empreendedora	46-47
Quadro 4 – Empreendedorismo nas Universidades Brasileiras	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Faixa de idade	56
Gráfico 2 – Sexo	57
Gráfico 3 – Grau de Escolaridade	57
Gráfico 4 – Está empregado atualmente?.....	58
Gráfico 5 – Como você escolheu seu curso superior?	59
Gráfico 6 – Eu me senti bem preparado para o mercado de trabalho quando me formei.	60
Gráfico 7 – Eu tenho plena consciência do perfil profissional que o mercado demanda.	61
Gráfico 8 – Eu pretendo continuar me especializando.....	61
Gráfico 9 – A necessidade da especialização está diretamente relacionada com a necessidade do mercado.	62
Gráfico 10 – Sinto que o mercado de trabalho não mudou nada desde que eu iniciei meu curso de graduação.....	63
Gráfico 11 - Sinto-me totalmente estimulada pela exigência de resultados positivos constantes.	64
Gráfico 12 - Estou totalmente preparada para conviver com pessoas de diferentes gerações/pensamentos.	64
Gráfico 13 - Eu conheço totalmente a demanda por multiprofissionais/profissionais generalistas.	65
Gráfico 14 - Durante o ensino superior, foram desenvolvidas minhas habilidades e atitudes.	66
Gráfico 15 - O ensino superior me preparou para situações do dia a dia do exercício profissional.	67
Gráfico 16 - A instituição de ensino superior ajudou na minha formação como cidadão.	67
Gráfico 17 - Quais desses programas as instituições de ensino superior deveriam implementar para melhorar a preparação de seus alunos?	68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. A RELAÇÃO HOMEM X EDUCAÇÃO X TRABALHO: DA IDADE DA PEDRA ATÉ A CONTEMPORANEIDADE.	14
2. O PROFISSIONAL NO MERCADO DE TRABALHO	18
2.1 As pessoas como estratégia competitiva	18
2.2 Diferentes gerações	20
2.3 O perfil profissional generalista	24
3. A HISTÓRIA, A TEORIA E A PRÁTICA DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	26
3.1 Contexto do ensino básico brasileiro	26
3.2 Conjuntura do ensino superior no Brasil	35
4. UM BREVE ‘ABRE ASPAS’: OS CASES DAQUELES QUE NÃO CURSARAM O ENSINO SUPERIOR	44
5. UMA VANTAJOSA CORRELAÇÃO ENTRE AS PESSOAS, AS ORGANIZAÇÕES EDUCACIONAIS E O MERCADO DE TRABALHO	46
5.1 Educação empreendedora	46
5.2 Bons exemplos a serem perseguidos	50
6. O PROCESSO DE PESQUISA	53
7. O ESTUDO DE CASO	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	72
APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa aplicado aos Egressos do Ensino Superior ..	82

INTRODUÇÃO

Com a multinacionalidade, o ambiente do qual as organizações empresariais fazem parte se transforma constantemente e de forma cada vez mais acelerada. As empresas para se manterem ativas precisam apresentar diferenciais como resultados sempre positivos, a habilidade de superarem desafios, a capacidade de adequação, e por fim, mas não menos importante, o contínuo aprimoramento com as seguintes finalidades: suprir as demandas insaturáveis de um mercado altamente competitivo, bem como desenvolver e reter os profissionais que as compõem. As empresas não podem mais se verem presas a processos ou a metodologias. O momento apresenta a necessidade de mudar o formato de planejar, de se posicionar no mercado, de incentivar a experimentação, de um ambiente propício à empatia e de aprendizagem entre os colaboradores. Visto que é imprescindível dar respostas instantâneas ao ambiente, onde até a intuição é um diferencial a ser empregada; habilidade esta, que também precisa ser reiteradamente desenvolvida e aprimorada (MOTTA, 1996).

Por conseguinte, toda esta conjuntura exige profissionais que tenham muito mais do que uma consistente formação acadêmica em sua respectiva área de especialidade. A exigência é por profissionais de perfis generalistas com competências, um conjunto de Conhecimentos, Habilidades e Atitudes (C.H.A), que lhes possibilitem melhores condições para alcançarem êxito no desempenho de suas atividades; além da consciência de sua atuação dentro das organizações e na sociedade como um todo. Segundo Silva, o ser humano é um ser social, de modo que as aptidões citadas anteriormente podem ser desenvolvidas por meio das relações sociais no trabalho e na escola (OLIVEIRA; SILVA, 2012).

Para suprir as perspectivas tanto do citado mercado, quanto das diferentes gerações de profissionais que compõem as organizações empresariais, encontram-se as instituições de ensino. Muito mais do que a missão primordial da alfabetização ou mesmo da inserção do aprendiz no convívio da sociedade, chegando à importante incumbência da capacitação profissional; as instituições de ensino trazem em si o legado de transformar pessoas indiferentes em pessoas pesquisadoras, independentes, pensadoras e responsáveis. Portanto, tais instituições não possuem como missão somente repassar teoria, mas sim, desenvolver nos aprendizes, a valorização da inteligência coletiva, a emoção, o incentivo, a imaginação e propiciar a capacidade de resolver questões abertas e futuros alternativos. Esta é uma importante colaboração para minimizar o choque causado pelas expectativas dos empresários e colaboradores frente às insaturáveis demandas do mercado de trabalho.

Considerando as proposições acima expostas e de acordo com que Dowbor (1996) expõe, é quase impossível ignorar a confluência entre as organizações educacionais, as empresas e a comunidade.

As pesquisas para serem idealizadas e realizadas partem do pressuposto de um problema ou questão. O problema nada mais é que um tema objeto de discussão seja qual for a área do conhecimento (GIL, 2002).

Este estudo terá como base a seguinte indagação: com as diferentes gerações de profissionais, convivendo dentro de um mesmo espaço, sendo constantemente instigados a apresentarem resultados, para manterem-se e manter suas organizações ativas e com vantagem competitiva; eles se sentem devidamente preparados pelas instituições de ensino superior?

Inicialmente a escolha desta questão para discussão deu-se pela experiência da autora. Atualmente ela ocupa o cargo de Gerente Administrativa/Financeira em uma empresa de pequeno porte no ramo de prestação de serviços nas áreas de engenharia, arquitetura e urbanismo. Sendo que ela também supervisiona e executa atividades relacionadas aos outros setores da empresa. Ainda que a mesma não detenha domínio em todas as áreas, pois graduou-se a pouco, se considera uma multiprofissional capaz de tomar e auxiliar nas decisões sob uma perspectiva macro, o que acarreta em economia para a empresa e na sua busca constante de aperfeiçoamento. Em contrapartida, como citado anteriormente, se graduou a pouco, é Bacharel em Administração de Empresas e afirma que desde a sua formação pré-escolar até a graduação, todo o ensino foi focado na teoria, deixando a desejar o desenvolvimento de muitos aspectos importantes e muito exigidos no seu dia a dia, como por exemplo, a habilidade de trabalhar em grupo, a capacidade de resolver desafios, a aptidão para inovar, liderar, ter um julgamento crítico e justo, a disponibilidade para cooperação e a atitude de aprender sempre.

Outra referência é o vídeo com o discurso de Steve Jobs na Universidade de Stanford ao demonstrar que toda aprendizagem é válida. Jobs ao deixar a faculdade e sem ter muita noção do próximo passo, quando decidiu fazer o curso de caligrafia, nem ele mesmo imaginava que em um futuro tão próximo, tal conhecimento mudaria os rumos da sua vida profissional ou simplesmente da estética dos computadores pessoais no mundo todo. E a frase “Sejam tolos, sejam famintos” nunca mais saiu da cabeça da autora; instigando-a a pesquisar sob a perspectiva dos egressos do ensino superior, o papel que as instituições de ensino

desempenham ao longo de suas carreiras profissionais, em suas formações como cidadãos e a correlação de tudo isso com o mercado de trabalho.

Trata-se de uma análise com vistas também ao social. Ao abordar temas como trabalho e educação, fatores que fomentam a busca por conhecimento; influenciando diretamente na dignidade pessoal. Citando Cattani: “[...] esses dois processos não podem permanecer fixados na mediocridade da situação existente. Eles têm que ser questionados continuamente e confrontados às iniciativas socialmente mais avançadas” (CATTANI, 2000, p. 143).

O objetivo geral do presente estudo foi realizar uma pesquisa, que consiste em uma revisão bibliográfica documental e também um estudo de caso, junto aos egressos do ensino superior para compreender se os diversos perfis de profissionais, por meio de suas formações acadêmicas, sentem-se preparados pelas instituições de ensino superior para atender às insaturáveis demandas do mercado de trabalho. Assim como, os seguintes objetivos específicos: identificar o perfil dos egressos do ensino superior que irá compor o presente estudo; reconhecer junto aos profissionais qual a relação destes com as suas respectivas profissões; detectar a percepção dos profissionais acerca de seus papéis frente ao mercado de trabalho e; levantar informações se os profissionais se sentem preparados pelas instituições de ensino para suas trajetórias profissional e pessoal.

O corrente trabalho foi estruturado em sete capítulos. No primeiro há um único texto que apresenta um apanhado generalista dos três eixos principais deste estudo, que é a relação entre o homem, a educação e o trabalho. No segundo capítulo o foco é o profissional no mercado de trabalho. Foi ponderado a relevância deste como estratégia competitiva, as dificuldades para conciliar as diferenças e objetivos destes com os das organizações, o que reforça a relevância das instituições de ensino superior, e também foi exposto um perfil que vem sobressaindo-se cada vez mais: o multiprofissional. O terceiro capítulo apresenta historicamente de forma sucinta o ensino educacional brasileiro. No quarto capítulo intitulado inicialmente como ‘um breve abre aspas’ aborda casos de pessoas que não cursaram o ensino superior previamente e, ainda assim, sobressaíram em seus respectivos campos de atuação. O destaque é que toda aprendizagem é válida. No quinto, são exibidas as vantagens que existem quando há um entrelaçamento entre as intenções das pessoas, as organizações educacionais e o mercado de trabalho. E como exemplos elencados estão a educação empreendedora, além de casos que já estão ocorrendo na prática pelo Brasil e no mundo. O sexto capítulo discorre sobre o método da pesquisa desenvolvido e no sétimo e último capítulo, está o estudo de caso e os resultados da pesquisa realizada com os egressos do ensino superior.

Os enunciados servem para reforçar que a presente pesquisa é de suma importância. Após a análise dos dados e compilação das informações; será possível uma melhor compreensão da simultaneidade entre os profissionais, as instituições de ensino e o mercado de trabalho.

1. A RELAÇÃO HOMEM X EDUCAÇÃO X TRABALHO: DA IDADE DA PEDRA ATÉ A CONTEMPORANEIDADE.

O vocábulo trabalho deriva do latim, *tripalium*, que se trata de um mecanismo de tortura usado no período da antiguidade para torturar os escravos. Fatores históricos como a escravidão ou mitos como o de Prometeu, que ao roubar o fogo sagrado e ter como castigo trabalhar para viver, por vezes remete o trabalho ser associado a algo pejorativo. Por conseguinte, tomando como elemento essencial à humanidade, o trabalho se fez imprescindível para a sobrevivência desta. Inicialmente partiu-se da necessidade da confecção de pequenas ferramentas feitas de pedras, espinhos e pedaços de lascas de árvore; para que fosse possível ir em busca de alimentos, a construção do abrigo e até mesmo a autodefesa. Este modo de trabalho é chamado de primitivo e no decorrer da história do trabalho devido as mudanças das relações sociais e de interação, ainda tem-se o escravo, o feudal, o capitalista e o comunista. Para esta categorização tomou-se como base o modo de produção (SANTOS, 2012). Dias Sobrinho (2005, p. 17) afirma que “foi pelo trabalho, isto é, pela relação com a natureza e com os outros homens que o ser humano se humanizou. O trabalho é, neste sentido, o promotor da identidade do homem”

E quais foram as variantes para as transformações citadas anteriormente? A resposta: o desenvolvimento da intelectualidade humana. E assim delinea-se outra correlação de muitos anos, o saber e a humanidade. O conhecimento instiga o homem há muito tempo, sendo apontadas algumas indagações sobre conhecimento desde os filósofos pré-socráticos. Por que e como as coisas existem? O que é o mundo? Qual a origem da natureza e quais as causas de suas transformações? Estes eram alguns dos motes (CHAUI, 2000).

Atualmente vive-se a era do conhecimento, onde o saber humano deslucou-se para a era da Tecnologia. A todo tempo surgem novas descobertas e novas informações são produzidas e divulgadas, o que demanda uma constante renovação do que se é conhecido. E o que é conhecimento? De acordo com Prestes (2003, p. 17) “conhecimento pode ser conceituado como a apreensão intelectual de um fato ou de uma verdade, como o domínio (teórico ou prático) de um assunto, uma arte, uma ciência, uma técnica, etc”.

Também é dos filósofos a concepção de um “ideal educativo”. Sócrates, Platão e Aristóteles, voltados a obter a coesão da Pólis¹ de maneira racional, disseminavam a proposta da formação integral do indivíduo, ou seja, o desenvolvimento de suas capacidades e dons próprios, para que os tornassem aptos diante às situações. Oliveira (2012, p. 165), em sua obra ‘Filosofia e educação: aproximações e convergências’, reescreve as palavras de Kant, um filósofo alemão tido como um dos maiores da história, que defendia a educação nos seguintes termos: “é um meio de aperfeiçoamento da natureza humana”.

Em vista do exposto levanta-se a seguinte questão? Qual a relação entre educação e o trabalho com a humanidade? Primeiramente é preciso conceber que ambos tratam-se de uma experiência social e, como tal, sujeitos à ação dos indivíduos, à concordância ou discrepância dos interesses. Para explicar essa correlação pode-se partir de dois nortes totalmente contraditórios: a de que não há nenhuma identidade entre os dois e o inverso disto, que há um profundo estreitamento; devido a importância da qualificação dos trabalhadores como vantagem pessoal e organizacional (FERRETTI, 1999).

Na idade média, os homens trabalhavam com a terra, onde a educação se dava através do relacionamento entre eles mesmos. Divididos entre proprietários e não proprietários das terras, os proprietários por não exercerem nenhuma atividade, tornavam-se ociosos; nascendo a partir daí a escola, um lugar para acolhê-los, o lugar do ócio (FERRETTI, 1999).

Com esta elucidação, encontra-se o primeiro argumento exposto acima, pois a escola estava voltada a acolher os mais ricos, que tinham como objetivo maior a formação de líderes políticos, militares e religiosos e não; a preparação para a inclusão no mercado de trabalho. Onde aqueles que precisavam trabalhar continuavam educando-se entre si. Depreende-se desta circunstância, que ainda era disseminado pensamentos como de Voltaire, que acreditava como um bem para a comunidade o saber do povo ser limitado aos seus ofícios diários (CATTANI, 2006).

O artesanato se apresentou neste momento como outra fonte de sobrevivência, se desenvolvendo e propiciando o surgimento dos mercados de troca. A partir de então surgem as cidades, passando a existir também os burgueses que, após perceberem o aumento da

¹ Etimologia (origem da palavra pólis): do latim polis.is; pelo grego pólis.eos "cidade". Comunidade cujo governo era desenvolvido pelos próprios cidadãos (homens livres, em grego: politikos), separando claramente o espaço público, do privado; regida por normas gerais, preceitos e um poder por eles guiado, realizava comércio com outras cidades, durante a Antiguidade Grega (século VIII, a.C.): Pólis Grega.

demanda da produção fomentaram a indústria. Neste ínterim, acontece o movimento da saída do homem do campo para as cidades, onde estes migram do trabalho braçal no roçado para o intelectual nas fábricas. Mais tarde, com a Revolução Industrial, as máquinas passam a executar as atividades anteriormente manuais, forçando os trabalhadores a um mínimo de conhecimento como, por exemplo, a operacionalização destas máquinas (FERRETTI, 1999). Ou seja, a educação se fez necessário a todos, e não somente a uma parcela ínfima de pessoas. Justificando - se assim o segundo ponto de vista e o intrínseco sentido do ideal educativo que de acordo com Cattani é:

[...] qualificar todos os cidadãos indistintamente, torná-los autodidatas no sentido pleno do termo, fazendo com que, assim, atinjam o *self-government* e tenham as qualificações para participar conscientemente da vida social e do esforço produtivo (CATTANI, 2000, p. 151).

Com a globalização e seus reflexos nos campos econômico, social, cultural, político e tecnológico, o mercado consumidor e de trabalho se tornou mais exigente e competitivo. Gómez considera esta nova era tão revolucionária, a ponto desta interferir na maneira de trabalho e convivência entre pessoas (GOMÉZ, 1997). A nova dinâmica do mercado é de uma concorrência feroz, de avanço tecnológico acelerado, de eficiência e eficácia. De forma que o conhecimento se torna o requisito básico para enfrentar com êxito a nova realidade, onde trabalhadores e empresas precisaram se reestruturar (BEKIN, 2004).

As empresas perceberam que transformações internas seriam necessárias, como por exemplo, incrementar uma cultura organizacional que instigasse a iniciativa dos indivíduos, a criatividade e a busca autônoma de resultados. Administrações com estruturas organizacionais estáveis com muitas regras, estatutos, regulamentos, hierarquia funcional, especialização profissional, permanência obrigatória do colaborador na organização por período de tempo determinado e da subordinação do exercício dos cargos a normas abstratas; além de não terem a capacidade e agilidade de resposta aos estímulos do ambiente, não teriam também, meios de reterem seus talentos. Ou seja, as organizações precisaram se ajustar (RAMOS, 1983). Pois de acordo com Avediani (2013) “as novas tecnologias, a dinâmica acelerada do mercado e a guerra por talentos criaram-se oportunidades e mudou a forma de pensar a carreira”.

Já o trabalhador se viu diante a necessidade da qualificação profissional. Esta se tornou uma ferramenta imprescindível à preparação do profissional, afinal é a formação que o capacita para que seja possível o aprimoramento das suas habilidades e a executar funções específicas demandadas pelo mercado de trabalho (KOBBER, 2004). Há tempos atrás, um profissional recém formado que tivesse três mil horas de estudos seria capaz de ter um

emprego com uma remuneração de três salários mínimos mensais. Nos dias atuais, para receber a mesma quantia, um jovem precisa de nove mil horas há mais de estudos. Provocando no profissional o sentimento de que o diploma não é mais um diferencial competitivo, mas sim a educação continuada, como sendo um meio eficiente para a promoção da sua inteligência e de seu potencial (GEHRINGER, 2008). Citando Ribeiro: “a única vantagem competitiva que podemos ter neste mundo em constante renovação é a habilidade de aprender mais, e mais rapidamente” (RIBEIRO, 2003, p. 23).

São os chamados ‘trabalhadores do conhecimento’ por serem capazes de empregar o seu conhecimento para melhorar o rendimento e gerar inovações. Há anos atrás, especificamente em 2002, Drucker já citava que o recurso econômico básico do futuro seria o conhecimento. “O recurso econômico básico – “os meios de produção”, para usar uma expressão dos economistas – não é mais o capital, nem os recursos naturais (a “terra” dos economistas), nem a “mão-de-obra”. Ele é e será o conhecimento” (DRUCKER, 2002, p. XVI).

Contudo as diversas aptidões exigidas no mercado de trabalho, até os dias atuais são pouco aperfeiçoadas pelo ensino educacional, justificando-se mais uma vez este tema para discussão. Quando o jovem conclui o Ensino Médio, se depara com um mercado que requer pessoas qualificadas e que as competências que lhe são próprias não são precisamente o que é demandando. Há uma discrepância entre o que é doutrinado nas instituições de ensino e o mercado de trabalho, e neste íterim, os aprendizes se dão conta que o ensinado não colabora para a inserção deles no mercado, assim como, não os instruem a lidarem com as diversas situações que podem ocorrer no dia a dia de uma empresa e solucioná-las de forma eficaz e com rapidez.

Enquanto o desafio da globalização é ter a percepção do todo, a escola ainda mantém a emenda segmentada por disciplinas, o complexo é reduzido ao simples, incitando cada vez menos o raciocínio, tornando as pessoas inaptas a desenvolverem suas habilidades, de agregarem conhecimento, o que lhes tolhem suas capacidades. Morin (2003, p. 16) diz que “[...] a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental da mente humana, que precisa ser desenvolvida, e não atrofiada”.

2. O PROFISSIONAL NO MERCADO DE TRABALHO

Esta unidade terá como ênfase o profissional e sua atuação no mercado de trabalho. Primeiramente reconhecendo a importância deste como sendo um elemento singularizado. Em seguida, a exposição da composição diversificada do mercado de trabalho por diferentes grupos e por fim, a argumentação do perfil multiprofissional consideravelmente requisitado atualmente.

2.1 As pessoas como estratégia competitiva

Como referido outrora, o mercado de trabalho mudou e estas modificações trouxeram impactos para as empresas e também para as pessoas que as compõem, sendo quase que impossível analisá-las individualmente. Sob o prisma da competitividade, o sucesso passou a depender cada vez mais da capacidade das organizações gerar e agregar inovações, o que significa a valorização e capacitação de seus talentos humanos (CARVALHO, 2000).

A Revista Exame apontou seis habilidades não ensinadas nas instituições de ensino superior que o mercado de trabalho exige e os profissionais precisam aprimorar por mecanismos próprios, fora do ambiente educacional: multiculturalismo, trabalho em equipe, networking, interdisciplinaridade, saber contratar e saber negociar. Por conseguinte, os responsáveis pela seleção e recrutamento das empresas não tem encontrado perfis profissionais que apresentem as habilidades mencionadas.

O jornalista Gilberto Dimenstein, numa entrevista à CBN, descreveu o perfil do profissional para o mercado atual:

- a) Orientado por resultados;
- b) Capacidade de trabalho em equipe;
- c) Liderança;
- d) Perfil empreendedor;
- e) Visão de futuro;
- f) Capacidade para inovar;
- g) Facilidade de comunicar e expor ideias.

Tendo em vista a imprevisibilidade do mercado a qual as organizações pertencem e o desenvolvimento das mais variadas aptidões por parte dos profissionais, o desenvolvimento precisa ser recíproco entre a empresa e o colaborador. Dutra (2004, p. 17) reitera que "de um

lado, a empresa, ao desenvolver-se, desenvolve as pessoas; de outro, as pessoas, ao desenvolverem-se, desenvolvem a empresa".

Neste ínterim, como estratégia particularmente importante de vantagem competitiva, podem-se citar os recursos humanos.

Finalmente, sabemos que é preciso irmos além da administração dos recursos humanos. Teremos que aprender a liderar as pessoas ao invés de tolhê-las... teremos que aprender a considerar as pessoas como recursos e oportunidades, e não como problemas, custos ou ameaças. Precisaremos aprender a liderar, não a administrar; presaremos aprender a dirigir, não a controlar (DRUKER, 1997, p. 48).

Mas o que vem a ser estratégia? É uma palavra de procedência no grego *strategia*, que significa ter um plano para alcançar uma determinada finalidade. Posto isto, vale ressaltar que não há uma elucidação única e definitiva para tal conceito. Conforme Ghemawat (2007 apud FGV ON LINE, p. 09), “estratégia é um termo criado pelos antigos gregos, para os quais significava um magistrado ou comandante-chefe militar”.

Justamente por ter diversos significados e estar presente em vários contextos, não é diferente no ambiente organizacional. Sendo a definição mais empregada de estratégia para esta conjuntura a de Wright, Kroll e Parnell (2000, p. 24) que a descreve como sendo “[...] planos da alta administração para alcançar resultados consistentes com a missão e os objetivos gerais da organização”. Sendo que deve ser aplicada em toda a empresa e aprimorada continuamente para obter os resultados esperados.

Para complementar o elucidado, Porter apresenta três estratégias competitivas genéricas, sendo uma delas, a diferenciação. É esta que proporciona a vantagem competitiva frente ao mercado, ou seja, é uma ou um conjunto de particularidades que qualifica uma empresa a sobressair-se, bem como, agregar mais valor aos seus clientes. Constatações percebidas por seus concorrentes e seus próprios clientes. Baseando no raciocínio pelo autor, para que uma organização alcance vantagem competitiva, ela deve delimitar estratégias específicas (PORTER, 2004).

Logo, os talentos humanos de uma organização podem ser um meio de se distinguir no mercado. Nenhuma outra corporação tem os mesmos colaboradores, por isso, não podem reproduzir o que estes oferecem de acordo com suas competências, habilidades e atitudes particulares. Pode-se depreender que possuir recursos humanos eficientes e eficazes, aqueles que além de possuírem elevado QI - Quociente de Inteligência, têm também a capacidade de lidar com gente QE - Quociente Emocional, e a capacidade de aprenderem e desaprenderem quantas vezes for preciso para serem competitivos diante a evolução científica e tecnológica;

(INFANTE, 2001) é uma valiosa ferramenta para garantir vantagem competitiva às organizações.

Dessa maneira, delinea-se uma realidade ainda mais atual, o mercado demandando além da formação acadêmica, requisitando também competências dos profissionais. Fleury e Fleury conceituam competência profissional como:

conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes (isto é, conjunto de capacidades humanas) que justificam um alto desempenho, acreditando-se que os melhores desempenhos estão fundamentados na inteligência e personalidade das pessoas. Em outras palavras, a competência é percebida como estoque de recursos, que o indivíduo detém (FLEURY; FLEURY, 2001, p. 185).

Rabaglio sintetiza competência da seguinte maneira:

Quadro 1 – O que é Competência?

C	H	A
Conhecimentos (O que aprendeu em cursos, na vida)	Habilidades (Prática, domínio, experiência)	Atitudes (Comportamentos)
Saber	Saber Fazer	Querer Fazer

Fonte: RABAGLIO, Maria Odete. *Jogos para seleção: como foco em competências*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006, p. 21.

Assim, o conhecimento técnico precisa ser aplicado com a atitude correta na solução dos desafios e problemas que ocorrem imprevistamente no dia a dia das empresas. A expectativa é que os colaboradores sejam proativos e exponham métodos novos, devem ser versáteis e se adequem a cada nova circunstância. Precisam apresentar criatividade ao buscar respostas inovadoras, assim como, serem empreendedores por visarem a melhoria contínua nos resultados de forma eficiente (RABAGLIO, 2006). São estes fatores que proporcionarão que a empresa adote como estratégia competitiva seus talentos humanos. Uma vez que seus colaboradores estarão aptos a um convívio produtivo, a se desenvolverem e a intervirem em seus ambientes.

O que não significa ser uma tarefa fácil. Ao considerar que as empresas são compostas por indivíduos de diferentes gerações, com os mais diversos objetivos pessoais, circundados pelas metas organizacionais; trabalhando juntos em um mesmo espaço.

2.2 Diferentes gerações

Geração é o conjunto de pessoas que nasceram numa mesma época, que naquele determinado momento foram inspirados pelo o que acontecia e se tornava história, indivíduos

estes que com suas condutas trazem repercussões para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Solange Moreira (2011), bacharel em Pedagogia e especialista em relações de trabalho, define geração como sendo “a ação de gerar sobre um tempo ou um momento num determinado País. A geração faz parte da nossa evolução. A evolução se conquista por meio de novas maneiras de integração, informação e informatização”.

As diferenças abissais entre as gerações se dão por questões como tradições, comportamentos, disposição para adequação, capacidade de acatar normas e regulamentos, advindas de marcos de tempo como a era tecnológica e as mudanças acontecidas na sociedade. Uma destas mutações que se destacam é a transformação da estrutura familiar, que antes era conservadora e a partir dos anos oitenta, progrediu para um padrão com características flexíveis.

As gerações são categorizadas como:

- Veteranos: nascidos até os anos cinquenta, são profissionais que prezam as relações de longos períodos com a mesma empresa, são conservadores – mantêm o hábito de fazer suas compras e pagá-las à vista, são dedicados e respeitam a hierarquia. Para essa geração suas principais metas são alcançar um bom emprego, bem como, o sucesso. São frutos de famílias tradicionais e de um momento de guerras e crises econômicas (ROCHA, 2011).
- Baby Boomers: no período pós Segunda Guerra Mundial e os soldados retornando para casa, houve uma explosão de bebês, sendo daí a origem da denominação desta geração. Nasceram entre os anos de 1950 a 1964 e viveram a era da globalização, da conquista da lua, do capitalismo e do consumismo. Reverenciavam o Rock and Roll, os movimentos como o feminismo, Tropicalismo e o Hippie, a contestação aos militares, à política e às condições sociais. Cortella afirma que trata de uma geração que “busca uma carreira que os realiza, e não necessariamente os oferece apenas um aporte material” (JORNAL DA GLOBO, 2011).
- Geração X: esta geração engloba quem nasceu entre meados dos anos sessenta até final da década de setenta. São pessoas que se depararam com um estilo de vida mais realista e consumista em pleno período de Guerra Fria, o que leva a citar grandes estadistas como Mikhail Gorbatchov e Ronald Reagan. No Brasil, vivia-se momentos turbulentos na política e na economia como o impeachment de Collor de Mello e as várias mudanças de moeda. No campo cultural havia lemas como ‘é proibido proibir’, ‘sexo, drogas e rock and roll’, o aparecimento do Nirvana e da MTV. Os profissionais pertencentes a geração X almejam para

suas carreiras cargos de posição de destaque e carecem de que àqueles ao redor os reconheçam pela sua meritocracia. Foram marcados pela mídia, tecnologia e no ponto de vista social segundo Lombardia (2008, p. 02) “o aparecimento da aids em 1981 provocou um posicionamento ideológico de dimensões muito relevantes, provavelmente nunca associado a uma enfermidade, tendo assim grande influência na mudança de pautas de comportamento da geração seguinte”.

- Geração Y: a “geração do milênio” abrange os nascidos nos anos oitenta e noventa. São pessoas que conhecem apenas a democracia, a economia próspera e possuem uma alta formação, o que os tornam decididos. Fasano os define como independentes, nasceram conectados à internet, não suportam burocracia, lidam em pé de igualdade com qualquer nível hierárquico, conseguem desenvolver diversas tarefas ao mesmo tempo e não se apegam às organizações por lealdade, mas pela oportunidade de serem reconhecidos. É uma geração que possui uma autoconfiança desenvolvida, é imediatista, voltada ao prazer próprio, ao reconhecimento, a realização de seus próprios sonhos (FASANO, 2012).

- Geração Z: alguns autores já falam da geração seguinte, que será dominada pela tecnologia, conectada e plugada nas redes sociais, tendo o Google como referencial. Por conseguinte, Eline Kullock argumenta ainda ser cedo para definição de um modelo mental para os indivíduos, diferente do já existente para a geração Y. A autora (2011) diz que “talvez, em alguns anos, vejamos uma tendência maior, em função das mudanças climáticas, para um modelo mental que valorize e respeite mais as questões ambientais, que não é o foco da geração Y. Porém, isso seria antecipar o futuro, que é uma coisa muito difícil”.

Quadro 2 - Diferenças entre as gerações

	<i>Veteranos</i>	<i>Baby-boomers</i>	<i>Geração X</i>	<i>Geração Y</i>
Ano de Nascimento	Até 1950	1951-1964	1965-1983	1984-1990
Perspectiva	Prática	Otimista	Cética	Esperançosa
Ética profissional	Dedicados	Focados	Equilibrados	Decididos
Postura diante da autoridade	Respeito	Amor/Ódio	Desinteresse	Cortesia
Liderança por...	Hierarquia	Consenso	Competência	Coletivismo
Espírito de...	Sacrifício	Automotivação	Anticompromisso	Inclusão

Fonte: LOMBARDÍA, Pilar García e STEIN, Guido, RAMON PÍN, José. Quem é a geração Y? HSM Management, 2008, p. 02. Adaptado pela autora.

Após muito bem identificadas as particularidades de cada geração, que podem vir a compor e a interagir em uma organização, pode-se inferir que uma equipe composta por indivíduos de diferentes gerações se complementam, formando um ambiente produtivo, com vertentes de pensamentos e maneiras variadas de agir sobre o mesmo assunto.

Logo, é necessário ponderar o relevante impacto desse conjunto composto dos mais múltiplos profissionais dentro das organizações, sendo primordial saber gerir todo o grupo para conseguir que as instituições trabalhem eficazmente. Posto isto, fica evidente o papel primordial do departamento de Recursos Humanos, onde de acordo com o administrador, Murilo Lemos (2012) é este setor que “tem que buscar a sinergia entre as pessoas e não agir passivamente”. Implica na necessidade de incorporar a inovação, a criatividade e a flexibilidade nas tarefas próprias da gestão de pessoas.

Uma grande empresa não pode ser focada apenas no desenvolvimento da marca e do produto, mas também nas pessoas. A distribuição da força de trabalho em todos os níveis gera equilíbrio e faz com que a competência seja vista independentemente da idade e da experiência (LEMOS, 2012 apud FASANO, 2012).

Outro mecanismo que vem a colaborar para diminuição do impacto causado pelo choque de culturas, gerado entre as expectativas de empregadores e jovens profissionais e entre as demandas do mercado; é a preparação por parte das instituições de ensino superior. Lombardía (2008, p. 04) aponta que uma pesquisa realizada na Espanha pela Fundación BBV revelou que a maioria dos estudantes, “não estão satisfeitos com a vida acadêmica nem com a pessoal, pois não acreditam que as instituições de ensino ofereçam formação adequada”.

Ao considerar que as gerações em maior número no mercado de trabalho em um futuro muito próximo serão a Y e a Z e, as características dos indivíduos que as compõem - dinâmicos, imediatistas, informais, críticos e velozes; depreende-se que eles irão modificar os ambientes empresariais e são as particularidades deles que definem o funcionamento de seus aprendizados. São pessoas que possuem características técnicas avançadas e por outro lado as competências comportamentais são pouco desenvolvidas. Para aprimoramento destas competências, as instituições de ensino precisam estar preparadas a oferecerem ambientes informais e dinâmicos que lhes permitam ser autônomos e criativos. A prática é primordial, em um processo contínuo de aprendizado e exercício do desenvolvimento pessoal.

Vigotski afirma que as pessoas “[...] se inter-relacionam com o meio objetal e social, internalizando o conhecimento advindo de um processo de construção” (VIGOTSKI, 1984, p. 103). Como referido outrora, o homem é um ser social que aprende por meio de suas próprias interações com o meio, de forma que tendo um ambiente favorável, é sabido que a evolução é

certeira. Esta evolução passa pela necessidade do profissional buscar constantemente desenvolver-se por meio do conhecimento específico e pela multifuncionalidade, os quais o tornam apto à obtenção de trabalho dentro ou fora da empresa (ALMEIDA, 2006), bem como apresentar bons resultados. “O objetivo de qualquer profissional atualmente é tentar ser o melhor possível na sua área de atuação, mas também obter conhecimento em outras áreas” (LACERDA, 2010).

2.3 O perfil profissional generalista

Considerada um diferencial nas empresas atualmente, as equipes interdisciplinares, são compostas por profissionais especialistas com a predisposição à embrenhar-se e desempenhar as tarefas dos demais especialistas. Isto é, são pessoas dispostas a cooperar mutuamente e reciprocamente para o desenvolvimento da empresa, por meio de uma visão holística de suas profissões e da organização.

À este perfil de profissional denomina-se generalista ou multifuncionais. Guaglianoni os define como:

são pessoas com visão ampla do mundo e aptos a relacionar diversos elementos que envolvam pessoas, materiais, recursos disponíveis e competência técnica para realizar o objetivo proposto onde se conheça cada área da empresa cada setor que existe na empresa e que esteja sempre prestes a atuar nesse setor se for necessário. É preciso ser criativo, flexível, comunicativo, despojado de preconceitos e hábil negociador. Precisa também ter espírito crítico, saber ouvir mais do que falar, possuir raciocínio lógico aguçado, ter facilidade com números e ser dotado de elevado senso de justiça. São essas características fundamentais para uma pessoa generalista (GUAGLIANONI, 2014).

Pelas características supramencionadas tal profissional terá mais chances de sucesso diante às situações inesperadas, despontando assim, como um arquétipo visado pelo mercado de trabalho. Citando momentos de crise, como exemplo, os especialistas são demitidos e substituídos por terceiros e a administração fica a cargo dos generalistas. Segundo Pietro Delai (2016), gerente de pesquisa da IDC Brasil, as empresas “preferem entregar o comando a quem tem uma visão sistêmica e multidisciplinar”.

Um estudo conduzido por pesquisadores da Columbia Business School e da Tulane University aponta que “os especialistas são definitivamente castigados pelo mercado”, diz Jennifer Merluzzi, professora na Tulane University e coautora do estudo, “além de receberem menos ofertas de emprego, eles ganham bônus menores”. Merluzzi afirma que:

recrutadores ouvidos pelo estudo não esconderam sua preferência pelos generalistas. Profissionais com experiências e competências diversas são mais interessantes do

que aqueles que só conhecem um ângulo do trabalho, disseram eles (MERLUZZI, 2016).

Essa preferência faz com que as empresas investem para que os profissionais sejam generalistas. Algumas instituições adotam o *job rotation* – um programa onde os novos colaboradores passam por diversas áreas da empresa durante um determinado período de tempo, a fim de conhecer todos os processos, atividades e especificidades de cada área. O foco além de identificar qual área o indivíduo terá mais afinidade, é também fazê-lo compreender como a empresa funciona como um todo.

Em determinadas áreas ser especialista é uma vantagem competitiva. Profissões como cirurgiões, por exemplo, o cliente vai desejar um *expert* que já tenha uma boa experiência e conhecimento. Assim como há particularidades para ser um excelente generalista, ou seja, a profundidade não é dispensável, em outras palavras, ele não pode ser superficial. Segundo Delai (2016), para um generalista se destacar: “ele precisa ter a capacidade de se debruçar sobre um problema, ir a fundo na investigação de hipóteses e buscar pessoas que ajudem a resolver aquela questão, inclusive especialistas”.

O ponto alto não é apontar se é mais vantajoso ser um profissional generalista ou especialista, pois o ideal é encontrar um ponto de equilíbrio. O significativo é que mais uma vez entrelaça-se a questão que permeia esta pesquisa. O modo como as instituições de ensino estão instruindo seus aprendizes, eles estarão aptos à lidar com a realidade do mercado de trabalho? Pois “as habilidades exigidas pelos melhores empregos trespassam diversas ocupações (...). Por outro lado, competências específicas são menos aplicáveis e deveriam receber menos ênfase no currículo das escolas”, aponta o estudo da Columbia Business School e da Tulane University.

3. A HISTÓRIA, A TEORIA E A PRÁTICA DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Neste tópico será apresentado uma sinopse do contexto educacional brasileiro. Ainda que o foco desta pesquisa seja os egressos do ensino superior, primeiramente terá a contextualização do ensino básico e logo em seguida a explanação da conjuntura do ensino superior. O intuito é que o leitor deste estudo tenha uma concepção geral do panorama da educação brasileira.

3.1 Contexto do ensino básico brasileiro

De acordo com a definição do dicionário *Michaelis*, educar é: “dar ou oferecer (a alguém) conhecimentos e atenção especial para que possa desenvolver suas capacidades intelectuais, morais e físicas. Arthur Pinheiro, autor do artigo ‘O verbo, a verdade e um projeto de nação’, publicado pelo jornal Correio Braziliense e também pelo Portal Arena do Pavini, descreve educar como sendo uma termologia do latim *educare*, que significa “conduzir para fora, ou direcionar, levar de um lugar ao outro. Permitir que esse conhecimento produza uma nova dimensão, prática ou intelectual, de alterar o estado inicial do indivíduo, levando-o para um outro patamar, um lugar mais proveitoso e fértil” (MACHADO, 2016). Frente as estas exposições percebe-se que o ser humano precisa da educação para seu desenvolvimento e liberdade. “É sobretudo através da educação que é possível oportunizar a igualdade de oportunidades, base do princípio de Justiça” (CATTANI, 2000, p. 138).

A educação também é fundamental para a coesão social e são as instituições escolares incumbidas de tal tarefa. Além de ser o espaço da construção e propagação do saber gerado ao longo do tempo pela humanidade, a escola possui uma progressiva interferência na socialização das novas gerações (PESSOA, 2001). A escola é a primeira sociedade em que o indivíduo se interage fora do seu ambiente familiar, tornando-se neste espaço um exímio ouvinte, assimilando, refletindo e convencendo àqueles que estão próximos (CUNHA, 2016).

No Brasil, no âmbito legal, a educação e igualmente a escola; possuem alguns marcos regulatórios. Na Constituição Federal de 1988, foi atribuído à escola a responsabilidade de ser um projeto civilizacional, cuja finalidade é de gerar um espaço onde os discentes participem ativamente, mas, sobretudo um ambiente propício a difusão de valores e princípios para

composição de uma sociedade democrática. Outra referência legal é o Plano Nacional de Educação – PNE cujo escopo é a determinação de diretrizes, metas e estratégias para a política educacional pelo período de 2014 a 2024. Destaca-se também a Lei nº 9.394 de 1996, ou seja, a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, sendo citada preliminarmente na Constituição de 1934. A primeira versão da LDB foi elaborada em 1961, seguida por uma versão no ano de 1971, que prevaleceu até a promulgação do último documento estruturado em 1996. Este, determina diversas competências da escola, como em seu Art. 12 no parágrafo VI: “a articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”. Outras garantias desta Lei: “gestão democrática do ensino público” (arts. 3 e 14), “autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira” (art 15). Contudo, os dias atuais demonstram uma escola autoritária, e infelizmente uma educação depreciativa (KLEIMAN, 1999).

A educação no Brasil possui números assoladores: são treze milhões de analfabetos adultos, meio milhão de crianças são vítimas do trabalho infantil, aproximadamente um milhão de jovens na faixa etária de quinze aos dezessete anos não estão na escola e nem desenvolvem atividade remunerada legalmente permitida para essa faixa etária. São denominados como “nem-nem”. De cada cem alunos concluintes da Educação Básica, apenas nove aprenderam o que seria esperado em matemática, e vinte e sete em português (RAMOS, 2016). Metade daqueles que terminam a quarta série do ensino fundamental não dominam a leitura e a escrita (BUARQUE, 2016). Alguma coisa acontece no processo que não propicia o aprendizado dos alunos (CHAGAS, 2016).

Por volta do ano de 1632 Comenius, um bispo protestante da Igreja Moraviana, educador, cientista, escritor e como pedagogo, é tido como fundador da didática moderna, fez um exame desanimador da educação que, infelizmente, é apropriado à realidade atual:

desde há mais de cem anos, espalhou-se uma grande quantidade de lamentações sobre a desordem das escolas e do método, e, sobretudo nos últimos trinta anos, pensou-se ansiosamente nos remédios. Mas, com que proveito? As escolas permaneceram tais quais eram. Se alguém, particularmente, ou em qualquer escola em particular, começou a fazer qualquer coisa, pouco adiantou: ou foi acolhido pelas gargalhadas dos ignorantes, ou coberto pela inveja dos malévolos, ou então, privado de auxílios, sucumbiu ao peso dos trabalhos, e, assim, até agora, todas as tentativas têm resultado vãs (COMÊNIO, 1985, p. 467-8).

Quando se trata da universalização do acesso de crianças e jovens de quatro a dezessete anos às escolas, o Brasil avançou consideravelmente. De 2005 a 2014, o ingresso desses indivíduos passou de 89,5% (oitenta e nove vírgula cinco por cento) para 93,6% (noventa e três vírgula seis por cento), de acordo com as informações publicadas pelo movimento Todos

Pela Educação² em Janeiro de 2016. Os números mostram que os indivíduos estão na escola, mas não possuem bons resultados como demonstram os indicadores em leitura e matemática da Avaliação Nacional de Alfabetização de 2014. Cleyton Gontijo, professor da UnB, diz que “devemos centrar o olhar para universalizar com qualidade” (NIEDERAUER, 2016).

A crise educacional brasileira é de longa data e se revela de diversas maneiras e em contextos muito específicos, sendo a qualidade um expressivo fator de desigualdade em todos os níveis. De nada adianta os números relacionados a quantidade estarem em crescimento e a qualidade não o acompanhar no mesmo patamar, não pode descartar o velho dilema: quantidade *versus* qualidade. De modo que o primeiro grupo das metas estruturadas no PNE: “garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais”, precisa ser desenvolvido e visto como sinal de qualidade social (CORTELLA, 2000).

Além da característica supramencionada, outro fator desse declínio educacional é o conflito do ensino laico *versus* confessional. Ou seja, o primeiro tem como fundamento o ensino pedagógico e influências do Iluminismo, sendo distinguido no Brasil a datar da expulsão dos jesuítas no ano de 1759, pelo Marquês de Pombal. O segundo baseia seus princípios e forma de atuação em alguma religião. No Brasil em 1934, Getúlio Vargas, deixou a cargo da Igreja Católica a educação do País, onde o ponto indispensável era garantir o acesso pelo menos da alta sociedade aos conteúdos formativos que à época eram tidos como essenciais: o ensino religioso, da filosofia e da sociologia inspirados no pensamento e na doutrina social da Igreja e a ênfase na formação clássica (SANTOS; MENEZES, 2001).

Um outro tema a apresentar é a forma como os conteúdos e metodologias estão sendo trabalhados. Uma renomada universidade dos Estados Unidos, a *Massachusetts Institute of Technology*, realizou uma pesquisa que indica as causas predominantes para que as instituições de ensino não tenham êxito no desenvolvimento de cenários e espaços propícios à formação de pessoas de acordo com os conhecimentos produzidos em tempo real e com uma visão holística das soluções. São elas: a fragmentação do conhecimento e a ausência de uma metodologia interdisciplinar (CHRISTÓVÃO, 2014). Trazendo à realidade brasileira, apesar

² É uma organização sem fins lucrativos composta por diversos setores da sociedade brasileira com o objetivo de assegurar o direito à Educação Básica de qualidade para todos os cidadãos até 2022, ano que se comemora o bicentenário da independência do Brasil. Fonte: Wikipédia

da flexibilidade determinada em todos os graus da LDB, ainda domina o ensino que tem como base livros didáticos que apresentam um conhecimento linear, contínuo e dividido em unidades, de maneira que leva a entender que os conhecimentos podem ser separados em caixinhas, isolados uns dos outros. O currículo tradicional escolar é alienante, nele cabe ao aluno apenas responder o que está pré estabelecido no material fornecido, sem uma compreensão do contexto. As atividades realizadas pelos aprendizes não possuem nenhuma ligação com suas realidades socioculturais. Para corroborar, outra menção é o Relatório Delors, que assegura: “não são mais apropriadas as respostas tradicionais à demanda de educação, por serem essencialmente quantitativas e baseadas na aquisição de conhecimento” (UNESCO, 2003). São fatores que levam os discentes a percepções como a insegurança, falta de perspectivas em relação ao futuro, de identificação com a escola e com o que ela oferece, o individualismo, a falta de consciência coletiva, de solidariedade; ocasionando a evasão escolar (KLEIMAN, 1999).

É preciso reconsiderar um sistema que produz mais de 30% (trinta por cento) de reprovados no ensino médio. Só com o abandono escolar, o País perde por ano cerca de R\$ 3,7 (três vírgula sete) bilhões. Isso é reflexo de um ensino que não dialoga com o mundo dos jovens, de “uma escola chata” como disse Priscila Cruz, fundadora e presidente-executiva do movimento Todos Pela Educação, em sua coluna no UOL Educação. De maneira que chegue-se à conclusão que se tomar as decisões certas, verba tem para mudar o atual cenário, ao considerar o que se perde com o evasão escolar (CRUZ, 2016).

Júlio Gregório, secretário de Educação do DF diz que “o sistema atual é defasado e agressivo tanto para o estudante quanto para o professor” (LISBOA, 2016). Os espaços institucionais mantêm os estudantes imobilizados, escutando e discutindo ideias mortas de outras pessoas e épocas, logo; bem distantes da realidade a qual os discentes estão inseridos. (ROCHA FILHO et al., 2007). O corpo docente se sente incapaz de ser um facilitador da construção do conhecimento diante dos avanços da ciência e da tecnologia que tornam obsoleto a maior parte do conhecimento aprendido durante o curso, onde que, as condições ofertadas a um professor não o permite avançar em sua formação como deveria ocorrer através do processo da educação continuada. Este panorama colabora para o desinteresse na formação de novos pedagogos, posto que, na última estimativa do Ministério da Educação - MEC, apontou uma carência de 170 (cento e setenta) mil docentes nos níveis fundamental e médio no País. O coordenador do Núcleo de Estudos do Futuro da Universidade de Brasília,

Isaac Roitman, ressalta que “a escola está caindo aos pedaços, sem infraestrutura, e os professores estão doentes com depressão, não dá” (RODRIGUES, 2016, p. 8).

O censo escolar de 2015, aponta como a infraestrutura das escolas está precária. Apenas 0,6% (zero vírgula seis) das escolas apresenta uma infraestrutura considerada completa e avançada. Os laboratórios de ciências estão presentes em apenas 8,6% (oito vírgula seis por cento) das escolas públicas do ensino fundamental e 43,9% (quarenta e três vírgula nove por cento) do ensino médio, as quadras esportivas estão presentes em apenas 31% (trinta e um por cento) de todas as escolas públicas. Grande parte das escolas não possuem bibliotecas qualificadas ou projetos de leitura e o um dado aterrorizante, nem todas possuem acesso à água tratada e esgoto sanitário, são em apenas 91,5% (noventa e um vírgula cinco por cento) e 37,9% (trinta e sete vírgula nove por cento) respectivamente (BUARQUE, 2016).

Ao elencar a questão público *versus* privado, as discrepâncias são ainda maiores. Tal pluralismo está previsto na Constituição de 1988 no inciso III do artigo 206, bem como em incisos próprios da LDB. O fator a se destacar são as desigualdades nestas concepções, que não se refletem apenas na qualidade do ensino, mas também na segurança das escolas. São pouquíssimos os colégios públicos que possuem ao menos dois dos quatro itens tidos como essenciais para garantir a integridade física dos discentes: a instalação de câmeras externas e internas, a existência de porteiros ou seguranças, um controle de acesso eficaz e o monitoramento dos alunos problemáticos (NUNES, 2011). Outra fonte de parâmetro são os resultados do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio. Na prova realizada no ano de 2015, demonstrou ainda mais essa disparidade: das cem escolas com as maiores notas, só três são públicas, da rede federal. Nove em cada dez escolas públicas ficaram abaixo da média nacional. A nota média das escolas que atendem as famílias mais ricas é 599, já as que atendem as mais pobres é 454. O movimento Todos Pela Educação vê nesses índices a urgência de se aprimorar a escola pública. “Esse ranking do Enem é basicamente um ranking de nível socioeconômico. Se eu quero uma sociedade em que todos aprendam, não só os mais ricos, eu preciso investir mais na escola pública aqui no Brasil” (RODRIGUES, 2016, p. 8).

Quando se trata da gestão nas escolas brasileiras, a particularidade de ser democrática está distante de ser amplamente praticada, por ainda ser pautada pelo conservadorismo e tradicionalismo. Como citado no início deste item, a gestão democrática está prevista legalmente, contudo, para romper com as características cerceantes ainda presentes é necessário realizar um trabalho democrático, participativo e autônomo.

[...] tornar as escolas eficazes torna-se então, a principal meta das reformas, o que por sua vez, implicaria adotar também uma outra visão de gestão escolar, que sinalizasse para a emergência de uma nova cultura na escola, ancorada em três eixos: a descentralização, a autonomia e a liderança escolar. (FONSECA et al., 1995, p. 53).

E não pode deixar de destacar os fatores sociais externos às salas de aula. Em grande escala, pais e mães são ausentes na vida escolar dos alunos, fato causado pela necessidade de trabalharem e, por vezes, pela deficiente formação educacional (CHAGAS, 2016).

A partir do ano de 1964, foi implantado no Brasil, um modelo econômico que priorizou a produção capitalista industrial. O poder político a fim de outorgar os interesses das elites, empregou os investimentos públicos nas obras de infraestrutura de grande porte. Para financiar tal prática, adquirir equipamentos e tecnologias, foram realizados empréstimos no exterior ocasionando um volumoso endividamento do País. Em contrapartida, os recursos destinados aos investimentos nos setores sociais ficaram cada vez mais escassos. Presume-se então, que a educação nunca foi planejada, investida e considerada como uma prática de abrangência a todos e de longo prazo (CORTELLA, 2000).

Atualmente, os investimentos na função educação alcançam 6,3% (seis vírgula três) do Produto Interno Bruto, onde deveriam chegar a 10% (dez por cento) (NISKIER, 2016). Visto os números sob outra ótica, em 2015, gastou-se R\$ 450 (quatrocentos e cinquenta) bilhões de reais com o Regime Geral da Previdência Social e R\$ 300 (trezentos) bilhões de reais para a Educação de Base (BUARQUE, 2016). Todo este cenário afeta o crescimento econômico do País e contribui diretamente para que alunos e professores produzam algo cujo sentido não lhes identifica, não se reconhecendo no produto de seus trabalhos (KLEIMAN, 1999). É reproduzido no ambiente escolar o imbróglio de uma sociedade contraditória que tem o discurso e lemas governamentais argumentando que valoriza a educação, mas a realidade demonstra algo bem diferente.

É preciso uma nova qualidade social, que por sua vez, exige uma reorientação em diversos âmbitos. Ao mencionar o dualismo laico *versus* confessional, o intuito não é defender um ponto de vista ou outro, sendo a proposta justamente o inverso. O objetivo é dissertar que o educando pode e deve pensar por si só, onde o educador precisa ter como princípio a liberdade de crença e expressão. Os extremos são muito perigosos, tanto o dogmatismo que se baseia na ideologia, seja ela na religiosidade ou na anti-religiosidade; quanto o relativismo que defende a ideia de que nada tem valor particular e portanto não há possibilidade de convicções e verdades. Ferrière (1930, p. 152 apud INCONTRI; BIGHETO, 2005), um dos grandes líderes da escola nova, explana muito bem um ponto de equilíbrio para

tal questão: “assim temos tido a satisfação de educar nossos filhos para a plenitude de seu ser, de inspirar-lhes um espírito reto e puro e de prepará-los para que sejam na vida homens completos e almas religiosas, no sentido mais elevado da palavra”.

De acordo com a mestre Viviane Mosé é necessário fazer uma transição da educação que tem como centro a administração de conteúdos, ou seja, no ensino; para uma educação embasada no desenvolvimento do aluno, de suas competências e habilidades (MOSÉ, 2013). É a possibilidade de ter um ambiente favorável a genuína aprendizagem, que parte de um somatório daquilo que se sabe com o que há no meio em que se está inserido. Isto é, o desenvolvimento por meio da vivência, que é composta pelas experiências e sensações; e o meio ambiente constituído pelos conceitos e experiências dos outros. É a chamada educação experiencial, abordadas por diversos autores, sendo comum entre eles as seguintes considerações:

[...] o aprendizado é mais bem concebido como um processo, não em termos de seus resultados; o aprendizado é um processo contínuo fundamentado na experiência; o processo de aprendizado requer a resolução de conflitos entre modos de adaptação ao mundo dialeticamente opostos; o aprendizado é um processo holístico de adaptação ao mundo; o aprendizado envolve transações entre a pessoa e o ambiente; o aprendizado é o processo de criação de conhecimento (SCHMITZ et al., 2013, p. 2-3).

Outra indispensabilidade são os entrelaçamentos disciplinares com a finalidade de dar respostas as mais diversas questões inquietantes do tempo atual. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) a interdisciplinaridade e a transversalidade se “fundamentam na crítica de uma concepção que toma a realidade como um conjunto de dados estáveis”. (KLEIMAN, 1999, p. 21). A transversalidade toma sentido dentro de uma percepção interdisciplinar do conhecimento, sendo uma proposta didática que torna possível a abordagem dos conteúdos de maneira integrada nas diversas áreas do conhecimento. A transversalidade e a interdisciplinaridade têm como cerne educativo a educação comprometida com a cidadania. Piaget (1979 apud PASSOS, 2004, p. 30) defendia que a interdisciplinaridade seria um meio de se alcançar à transdisciplinaridade, etapa que não ficaria na interação e reciprocidade entre as ciências, mas alcançaria um estágio onde não haveria mais fronteiras entre as disciplinas.

É preciso construir políticas de formação dos docentes que favoreçam a compreensão, que incentivam a construção de estratégias que possibilitem os estudantes a serem discentes operantes (UNESCO, 2003). Um estudo desenvolvido pelo Banco Mundial mostra que os professores conseguem transmitir 64% (sessenta e quatro por cento) do conteúdo, sendo que o

tempo que os alunos prestam atenção é de 23% (vinte e três por cento) (SCHNEIDER, 2016). O papel do novo perfil de docente, onde estes precisam estar bem conscientes de tal, é de ser um tutor, de alguém que auxilia seus alunos na qualificação da informação procurada e os motiva a buscar novos conhecimentos, despertando-os para desenvolver novas habilidades, tais como o pensamento crítico, a criatividade e a construção de conhecimentos a respeito do desenvolvimento psicológico, social e cultural (RAMOS, 2016). Outras ferramentas importantes é filtrar o acesso ao magistério através de exame de competência nacional bem estruturado, investir em treinamentos e recompensar os bons professores (SCHNEIDER, 2016).

A sala de aula precisa ser transformada de forma que seja arquitetonicamente flexível, para que o professor trabalhe com os alunos em equipe, promovendo atividades colaborativas e modificando o formato de organização dos alunos enfileirados. É necessário considerar sob o ponto de vista dessa nova sala de aula, a influência das novas tecnologias. Ou seja, a disponibilidade da banda larga a todos, os possibilitando a realização dos trabalhos de pesquisa por meio da internet. Não pode ser desconsiderada a era digital em que vivem os alunos, o que levaria a escola a continuar afastada da realidade dos aprendizes. A aula expositiva tradicional não pode ser mais a única ferramenta (RAMOS, 2016).

Por ser um organismo vivo de constante transformação, a escola precisa que todos os sujeitos envolvidos no processo educacional passam a ter participação efetiva, dando uma ênfase especial ao gestor educacional que possui uma função de suma importância nessa empreitada de forma que; o escopo comum exprima os interesses e pretensões coletivas. O que propicia a formatação de estruturas metodológicas mais flexíveis e relações pedagógicas mais humanizadas.

É relevante ponderar sobre a questão ‘articulação de políticas públicas’, afinal a realidade aponta que há crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade tal que, o Estado precisa ir atrás delas. A escola precisa ser um agente ativo na função de eliminar e/ou reduzir as barreiras para a aprendizagem, isto é, focando nas diversidades que se impõem fora do ambiente escolar. Alejandra Meraz Velasco, superintendente do Todos pela Educação elenca o “enfrentamento da discriminação, o acesso às minorias étnico-raciais e as crianças com deficiência como alguns dos focos das políticas públicas nos próximos anos” (NIEDERAUER, 2016, p. 5). Pe Fábio de Melo, em sua biografia Humano Demais, relatou o papel fundamental que a escola teve em uma difícil fase de sua vida: “[...] em tudo aquilo existia uma silenciosa presença de Deus, apresentando-me ao mundo e seus mistérios por

meio de pessoas que seguravam minha mão no momento em que o medo tomava conta de mim” (ALVAREZ, 2016, p. 83-84).

A proposta da escola em tempo integral é um mecanismo e tanto para que seja executável algumas das proposições acima listadas. Por meio da jornada ampliada, as disciplinas extracurriculares seriam desenvolvidas e até mesmo o aproveitamento do tempo ocioso em ambiente escolar poderia ser usado para estimular a criatividade dos discentes. Os novos alunos teriam nas instituições de ensino um ambiente de socialização, que os capacitariam a serem competentes profissionais e cidadãos conscientes. O que leva a outras necessidades: equipes de docentes multidisciplinares, assistenciais e espaços integrados.

Algumas medidas estão em fase de desenvolvimento, como um importante instrumento de gestão pedagógico intitulado Base Nacional Comum Curricular - BNC, que servirá de referência para todas as escolas públicas e particulares do Brasil, bem como, uma participação mais ativa dos atores do contexto educacional. Também contribuirá para o enfrentamento da desigualdade da oferta educacional do nosso País, pois será bússola para orientar todos os alunos na direção dos seus direitos de aprendizagem. Colaborará para a criação de padrões nacionais de qualidade bem definidos que deverão ser perseguidos, como a formação inicial e continuada dos professores, os materiais didáticos e as bases das avaliações de aprendizagem. Em 2015, o MEC publicou o primeiro rascunho do texto e em 2016 já foi apresentada a segunda versão. E recentemente (2017) a versão final foi entregue ao Conselho Nacional de Educação. Faz parte desse movimento mais de 15 (quinze) instituições de referência como o Instituto Ayrton Senna e 150 (cento e cinquenta) profissionais de educação (MEC, 2016).

Quando ocorrer de fato a publicação da Base Nacional Comum Curricular, um ano após, entrará em vigor a reforma do Ensino Médio. Foi anunciada no ano de 2016, a medida provisória – MP nº 746 baseada no Projeto de Lei nº 6.840/2013, medida esta que mesmo sendo discutida há anos, ainda causou verdadeiro alvoroço em toda a sociedade, o que presume-se que ainda ocorrerão muitos debates sobre tal questão. Dentre as proposições da MP ressalta-se a flexibilização de disciplinas. Na prática, metade do ensino médio será igual para todos os estudantes, sendo lecionado os conhecimentos básicos de formação geral. Na outra parte, os alunos poderão optar por diferentes ênfases nas cinco áreas de conhecimento: linguagens, matemática, ciências da natureza, sociais, humanas, formação técnica e profissional. Ou seja, no final dos três anos de ensino médio, o aluno poderá ter um diploma do ensino médio e um certificado do ensino técnico. Onde as unidades da Federação poderão escolher a melhor forma de adaptar o currículo. Outra proposta da MP, é que o ensino médio

se tornaria integral ao longo de 10 (dez) anos. Até a realização deste estudo (2017), está previsto um investimento do Governo Federal de R\$ 1,5 (um vírgula cinco) bilhão até 2018, correspondendo a R\$ 2.000 (dois mil) reais por aluno/ano e criando 500 (quinhentos) mil novas matrículas de tempo integral (MEC, 2016).

O coordenador do curso de pós-graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília, Célio da Cunha, concorda com a importância do incentivo financeiro para que a mudança ocorra. “Sem vontade política, seguida de maiores investimentos, nenhuma reforma avança. Se o País retomar o crescimento econômico para que haja investimento na educação, pode ser que a proposta dê certo em médio e longo prazo” (RODRIGUES, 2016, p. 08). Marcos Vinicius de Oliveira, diretor do Centro de Ensino Médio Elefante Branco/DF, considera a reforma necessária, sobretudo para melhorar o aprendizado dos jovens. Ele reconhece que o atual sistema de ensino colabora para o desinteresse do estudante, o que leva o aluno a desistir da escola (RODRIGUES, 2016).

Como externado anteriormente, a reforma em objeto ainda está em fase de discussão. O que está em voga é que algo precisa ser feito e sob uma perspectiva macro, de transformação. Logo, com as consequentes mudanças no mercado de trabalho e o crescente desemprego; levantam a necessidade da escola repensar o seu papel na preparação dos estudantes para a vida em sociedade, adotar um modelo educacional sob um novo molde que considere em sua atuação aspectos pedagógicos, sociais e psicológicos dos alunos. Tanto quanto considerar a articulação de outros saberes na construção de seus currículos. De acordo com Vasconcellos (2002) a educação formal deve transformar o simples conhecimento em um saber social, visto que a teoria em si não transforma o mundo.

3.2 Conjuntura do ensino superior no Brasil

As primeiras instituições culturais e científicas surgiram no Brasil apenas no final do século XIX, feitos oriundos da vinda da Família Imperial ao País. Pode-se dizer que desde sua concepção, o ensino superior brasileiro é dotado pela escassez de características nacionais e abundante em predicativos colonialistas e colonizadoras.

Tão somente no ano de 1808, surgem as primeiras escolas superiores do Brasil, o Colégio Médico Cirúrgico da Bahia e a cadeira de anatomia é criada no Hospital Militar do Rio de Janeiro. Em 1810, o Príncipe Regente, instituiu a Academia Real Militar da Corte, que anos mais tarde se tornaria a Escola Politécnica. Formulou também cursos de Agricultura

(1812), a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios (1816), Química (1817), abrangendo Química Industrial, Geologia e Mineralogia e Desenho Industrial (1818). Por conseguinte, o ensino que estava se fundamentando, era um modelo elitista, de organismos isolados e de cunho profissionalizante. Características estas que até os dias atuais desvirtuam o sistema. Para Fávero:

[...] as escolas superiores nasceram desprovidas de um papel criador e inovador em nossa realidade. Organizam-se formalmente como um serviço público, mantidas e controladas pelo governo e voltadas, sobretudo, para a preparação de profissionais liberais: médicos, advogados, engenheiros. Para uma sociedade essencialmente agrária e dependente são os cursos de Medicina, de Direito e de Engenharia que servem de instrumento para a ascensão social, manutenção e consolidação do regime (FÁVERO, 2000, p. 29).

Na época a prática era que os altos escalões da Igreja, da Coroa e os filhos da alta sociedade colonial iam à Europa para obter formação universitária e/ou complementá-la. Mas lá também se deparavam com um ensino conservador, ordenado e hierarquizado. Não havia a possibilidade da experimentação, tampouco pesquisas e as bases eram unicamente teológicas.

Transformações mais consideráveis no sistema de ensino brasileiro são perceptíveis no ano de 1827 com a concepção dos cursos jurídicos, por trazerem em si influências das novas ideias filosóficas, dos movimentos literários e culturais. Já em 1843 despontou certos esforços no sentido de estabelecer a primeira universidade no Brasil. Cita-se a Universidade de Pedro II, a Visconde de Goiânia, entre outras, entretanto nenhuma foi de fato implantada. Estes impedimentos demonstram que o intuito do governo era manter a dependência cultural e política da população.

A República instaura-se no País, mas o compromisso do governo com a universidade ainda é omissivo. Declinou-se sobre o ensino várias modificações em decorrência de diversos dispositivos legais. Resultados de um destes instrumentos, precisamente da Reforma Benjamin Constant, surgiram várias escolas superiores de iniciativa privada como as faculdades de Direito da Bahia, do Rio e de Minas Gerais; as escolas de Engenharia do Recife e do Mackenzie (SP) e a Faculdade de Medicina de Porto Alegre.

As reformas não se implantaram de fato devido à falta de infra-estrutura e de apoio das elites (oligarquia do café), avessas a qualquer renovação cultural. Além disso, a Igreja Católica reagiu de forma negativa às novidades positivistas atribuídas ao governo republicano, considerado ateu, e que na Constituição estabelecera a separação da Igreja e do Estado e a laicização do ensino nos estabelecimentos públicos (ARANHA, 1996, p. 197).

Ainda que as instituições supracitadas tenham realmente existido, os autores em sua maioria consideram como sendo a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de

Janeiro, criada em 1920 por meio do decreto nº 14.343. Nessa mesma resolução é autorizada a criação de outras instituições universitárias, assim como, a deliberação dos Estados onde tais poderiam ser implantadas: Pernambuco, Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. O parâmetro para estas novas instaurações era ter como modelo a do Rio de Janeiro, ou seja, uma boa estrutura financeira e material. Em outras palavras, permanecia a inércia e não “havia a preocupação de buscar e criar ciência, nem de aprender novas formulações científicas e muito menos saber como aplicá-las” (FÁVERO, 2000, p. 37).

Em face do rumo que a educação universitária tomava, isto é, um distanciamento da sua mais intrínseca tarefa que é a de encontrar soluções para a realidade concreta, foram abertos diversos debates para análise das problemáticas. Destes movimentos originaram vários marcos e cada um com um foco de discussão, dentre eles, cita-se o “Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova” de 1932, o “Decreto nº 20.179/31” e o “Estatuto das Universidades Brasileiras” (1931), sendo que este último é tido como referência estrutural da formulação da universidade no Brasil. Contudo, descontentou a todas as correntes e em moldes universitários, ainda eram insuficientes para sistematização do ensino superior brasileiro. De acordo com Mendonça:

o Estatuto desagradou a gregos e troianos. O grupo dos engenheiros da ABE criticava não só a excessiva ingerência oficial na universidade (esse grupo defendia fortemente a autonomia universitária, como condição para que se fizesse ciência desinteressada), bem como o caráter pragmático da Faculdade de Ciências, Educação e Letras. Os católicos acusavam o projeto de laicizante e, com base nesse argumento, criticavam tanto o seu caráter centralizador quanto a sua feição pragmática. De fato, a Reforma Campos não se tornou um elemento catalisador de grupos envolvidos com a discussão sobre a questão da universidade. O próprio governo federal, aliás, não se empenhou na implementação da nova instituição (MENDONÇA, 2000, p. 138).

Instaura-se no País a Revolução de 1930 e ela traz consequências como a centralização política. Na contramão desse movimento monopolista, destaca-se a criação da Universidade de São Paulo - USP, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1934) e da Universidade do Distrito Federal com seus cinco institutos (1935). A USP reuniu cursos superiores existentes no estado de São Paulo, sendo a ligação entre eles, a Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras que tinha como missão integrar em uma base comum os ensinamentos das diversas áreas do saber, sendo a porta de entrada em qualquer dos demais cursos profissionalizantes. A proposta da Universidade de São Paulo baseava-se em três vertentes, atributos da universidade moderna: ensino, pesquisa e extensão. No entanto, segundo Cardoso (1982), a formação da Universidade de São Paulo não era para atender a tais iniciativas inovadoras, e sim para

capacitar as elites intelectivas e dirigentes, de forma que estariam habilitados a atuarem diretamente no governo.

A partir de 1935, vertentes como o autoritarismo e a centralização tomam mais corpo e indicavam que a instauração da ditadura estava próxima. Do período pode-se citar episódios relevantes como a criação da ANL - *Aliança Nacional Libertadora*, um movimento de cunho popular e a promulgação da Lei de Segurança Nacional, um dos mecanismos de repressão à esquerda. É neste cenário que foi estabelecida a Universidade do Distrito Federal - UDF, uma Universidade diferente das instituídas até então, inclusive da USP. Estudiosos afirmam que apesar da contrariedade do Ministério da Educação com os moldes os quais a Universidade estava sendo instaurada, Getúlio Vargas concedeu a autorização para criação da mesma diretamente ao prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto. Tal teria ocorrido por motivos políticos, ou seja, receio de perder o apoio de Pedro. Fávero listou os seguintes princípios que nortearam a criação da UDF:

[...] dos princípios que norteavam a criação da UDF, podemos destacar o de autonomia e liberdade, os de integração e cooperação entre os diferentes órgãos da universidade, além da indissociação entre ensino e pesquisa e o de promoção da cultura brasileira (FÁVERO, 2000, p. 76).

Ainda que a duração da Universidade do Distrito Federal foi rápida, ela teve uma representatividade importante na história do ensino superior brasileiro.

Com o Golpe de 1937 tem-se a percepção por parte do poder central das peculiaridades da educação como a ideológica e a estratégica. De modo que todas as decisões a partir de então volta-se ainda mais para colocar a educação a serviço das convicções determinantes da época, ou seja, a educação tornou-se um mecanismo infalível de domínio e de favorecimento da formação da elite. Assim como os demais serviços a educação em todos os seus graus foi sacrificada pelo Estado. Sem autonomia alguma passou a ser controlada por um Departamento Administrativo, que desde a aprovação do seu próprio orçamento ou qualquer outra decisão, passava pelo crivo de tal departamento. Para os governantes, o País até então não dispunha de verdadeiras universidades, o que lhes dava ainda mais prerrogativas para estabelecer uma única universidade, a 'Universidade do Brasil', sob novos paradigmas e controle da União. Seriam reunidas em um único campus todas as unidades universitárias componentes até então; seria a Universidade do Rio de Janeiro, a idealizada 'Cidade Universitária'.

A descentralização do ensino superior foi a vertente adotada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor a partir de 1961, isto é, não era mais obrigatório a pré existência de uma faculdade de filosofia para o estabelecimento de universidades. Mas até

hoje atributos como o formalismo, a centralização e a padronização são muito fortes e presentes nos órgãos responsáveis pela educação do País, sobressaindo por vezes às suas funções normativas e de orientação pedagógica.

A expansão do ensino superior ocorreu nos fins da década de 60. Durante os anos 70, o número de matrículas subiu de trezentos mil para um milhão e meio, ou seja, a dilatação do ensino superior no Brasil ocorreu pela proliferação das escolas e não pelo desenvolvimento das já existentes. A concentração da população nos centros urbanos e a exigência de melhor formação para a mão-de-obra industrial e de serviços forçaram o aumento do número de vagas e o Governo, impossibilitado de atender a esta demanda, permitiu que o Conselho Federal de Educação aprovasse milhares de cursos novos. Mudanças também aconteceram no exame de seleção, as provas que antes eram dissertativas e orais passaram a ser de múltipla escolha.

O ensino superior pago, em período pago, em período noturno, brotou por toda parte, fazendo com que antigos educandários, principalmente religiosos, se convertessem em faculdades, além de atrair todo tipo de empreendedores, e até mesmo de aventureiros, movidos pela alta lucratividade desse novo negócio. Fortunas incomensuráveis se constituíram em pouco tempo num ciclo de mercantilização do ensino, que trouxe críticas e apreensões aos círculos mais responsáveis do meio educacional. Escolas sem instalações adequadas, nem laboratórios, nem bibliotecas, professores sem titulação nem competência comprovada passaram a oferecer cursos improvisados de precaríssima qualidade a alunos que, por serem em grande maioria adultos já definidos profissionalmente, também nada exigiam em termos de formação (SOUZA, 2001, p. 17).

Com a ampliação expressiva sem planejamento e a ausência de fiscalização por parte do poder público, acarretaram a perda de qualidade do ensino assim como, na incorporação de características negativas como o mercantilismo para a iniciativa privada, que persistem até hoje. Aspectos bem contraditórios do que é descrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior (Lei nº 5.540/68), que indica que o sistema deveria ser público, gratuito, agregar ensino e pesquisa, sendo preferivelmente disponibilizado pela universidade.

O processo de mercantilização do Ensino Superior, e a consequente institucionalização do mercado de Ensino Superior, é um processo paulatino que tem gerado grandes resistências diante do questionamento das bases que sustentam o modelo de universidade de pesquisa” (CALDERÓN et al., 2011, p. 1186).

Outra decorrência da proliferação dos estabelecimentos particulares, é que a universidade pública e gratuita passou a contribuir cada vez menos, sendo que estas estão sempre sujeitas às mudanças governamentais. Além disso, desde que foram encerrados os regimes militares e calhou na democratização na década de 1980, a direção dos órgãos universitários passou a ser definida por eleição direta, isso quer dizer que as promessas

corporativas e/ou partidárias têm preferência sobre as acadêmicas. São poucas as universidades administradas por reitores e chefes de departamento oriundos destas eleições que realizam boas pesquisas ou sejam eficientes em sua direção (NASSAR, 2016).

Flávio Augusto da Silva, fundador da Geração de Valor, lista que o currículo do MEC é fraco, as prioridades do ensino são equivocadas, onde a ordem do conteúdo não privilegia a prática. E essa ausência da prática gera uma incredulidade tanto por parte dos profissionais quanto por parte do mercado de trabalho, que cada vez mais exige cidadãos e profissionais críticos e participativos, capazes de interagir por inteiro com a realidade que o cerca, tanto na empresa quanto na comunidade. Esse distanciamento acomete que as pessoas saem das universidades não apenas desconhecendo suas profissões no desempenho das suas atividades, como também infelizmente, recebem seus diplomas sem saberem escrever ou expressarem uma ideia corretamente (SILVA, 2016).

Sob esta perspectiva, a universidade passa por um momento de conflito quanto a sua identidade perante a sociedade contemporânea. Está insegura quanto às suas atribuições, assim como, está num momento de reflexão sobre o sentido humano e social das pesquisas que realiza. Como exemplo, a ciência e a tecnologia, se de um lado são indispensáveis para o desenvolvimento social da sociedade, de outro, elas podem ter efeitos nocivos como a limitação do trabalho, a objetificação do ser humano e a exploração desenfreada do meio ambiente. E a relação com a formação profissional? É suficiente qualificar profissionais de qualquer área sem questionar o papel que estes irão desempenhar na comunidade? E como estes cidadãos irão se comportar frente ao sistema político econômico? Faz parte da formação universitária ativar neles uma visão crítica que possa, além de bons profissionais, torná-los agentes de transformação? Nem mesmo as atividades de extensão, pensadas como o mecanismo que conecta mais diretamente universidade e sociedade, fogem às ambivalências como, por exemplo, a de privilegiar programas assistencialistas que não passam de um arremedo de sentido social da universidade.

O contraponto é citar que nas últimas décadas, o Brasil deu um gigantesco salto na área do conhecimento. Estudo conduzido pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e lançado na 68ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), mostra que, entre 1996 e 2014, o total de programas de mestrado e doutorado no País cresceu 205% e 210% respectivamente. A maior oferta de cursos significou uma elevação ainda maior no número de títulos concedidos nessas categorias: em 2014, a quantidade de pessoas que se tornaram doutores foi 379% e 486% mais alta do que em 1996. De maneira geral, desde 1996,

o País concedeu mais e mais diplomas de pós-graduação, saltando de 10.482 títulos de mestrado e 2.854 de doutorado para 50.206 e 16.729. O presidente do CGEE, Mariano Laplane, considera os resultados extremamente positivos.

Não é pouca coisa alcançar esse resultado em um País que ainda tem sérias deficiências no ensino fundamental, no ensino básico. É uma conquista muito importante para o Brasil ter conseguido fazer isso em menos de duas décadas. (REZENDE, 2016).

Deste modo, é incontestável que as pessoas tem buscado cada vez a educação de nível superior. E desde os anos 90, a nova clientela é em sua maioria jovens, recém saídos do ensino médio e que tem no ensino superior uma condição de grande importância para o sucesso de suas vidas como um todo. Tal implica que as instituições de ensino devem estar preparadas para conciliar a premissa de passar conteúdo com a necessidade de incitar no aprendiz a capacidade de compreender e de interpretar a sua realidade. Nesse contexto, permanecem válidos e aplicáveis os quatro pilares da educação fundamentos no Relatório Delors para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, coordenada por Jacques Delors: **aprender a conhecer** - adquirir recursos para o entendimento, **aprender a fazer** - para ser possível atuar sobre o meio que pertencem, **aprender a viver juntos** - colaboração com os demais para as diversas realizações do homem e; **aprender a ser** - pensamento fundamental que integra todos os demais (UNESCO, 2003).

Razão pela qual, a universidade deve ser um lugar reconhecidamente que se aprende e não se ensina. Neste ambiente, Bevilacqua menciona que os aprendizes aprendem porque estudam. Partindo desta premissa, depreende-se que para uma formação mais eficaz não é necessária uma extensa carga horária, portanto, é consequente e melhor para o aluno que vem a aprender por experimentação e outros ambientes de aprendizagem, dando ênfase para atividades e projetos complementares (BEVILACQUA apud CHRISTÓVÃO, 2014, p. 50).

Neste modelo de didática a vida acadêmica se torna um organismo vivo, o aluno é o foco e o aprender passa pelo despertar de si mesmo para o alcance dos objetivos pessoais e profissionais. Lorieri (2010, p. 40 apud ROGERS, 1975) na Coleção Educadores expôs o pensamento de Rogers que no ano de 1975 escreveu: “ensinar é uma atividade relativamente sem importância e vastamente supervalorizada” e propôs que os educadores precisam ser transformados em “facilitadores da aprendizagem”, capazes de criar condições que exercite nos aprendizes a criatividade, autonomia e a iniciativa, na solução de problemas reais que estes lidarão no dia a dia de suas profissões. Os docentes devem estar capacitados a lidarem com ferramentas práticas como atividades lúdicas, jogos, desafios, estudos de caso, a

realizarem debates com os aprendizes e proporem bancas de estudo. Os critérios para desenvolvimento destes trabalhos serão aqueles onde o estudante aprenda através do trabalho em grupo a como se comportar para atuar em equipe, a identificar os problemas, a aprofundar na investigação e nas suas possíveis alternativas de solução. São ações transformadoras que instigam a ponderação, o senso crítico dos futuros profissionais e o despertar da predisposição a se qualificarem através dos outros processos, dentre os quais está aquele que ultrapassa os limites e os objetivos convencionais da educação escolar e da formação para o trabalho.

Uma outra atuação inovadora das instituições superiores é o desempenho da sua função social de ‘formar o cidadão’, isto é, atuar no desenvolvimento do aluno indo além da instrução curricular. É a promoção da construção de conhecimentos, atitudes e valores que permitam ao estudante ouvir, pensar, analisar, questionar, opinar, entender, decidir. Deste modo, estes aprendizes terão subsídios para lidarem com suas aspirações futuras, sendo éticos, solidários e participativos. É a incitação da conscientização destes, como cidadãos que são, que eles tem direitos e obrigações para com toda uma sociedade (MOSÉ, 2013). “[...] não à legitimação do mercantilismo da globalização neoliberal” (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 171).

Em mais uma ação ativa, a universidade ainda que conservada pelos contextos, deve responder às exigências e urgências da realidade. É necessário manter-se livre e aberta para deixar claro suas atuações, tendo como base a ética. Precisa buscar contribuições fora de seus muros, ou seja, pensar o diferente, para que o ensinado não seja um constante desdobramento da mesmice. A competente instituição superior não é aquela que colabora para melhorar a atuação do processo (sem entender o que isso significa ou para que ou quem isso será útil), mas aquela que coloca suas competências a serviço da comunidade e da sua humanização.

A instituição de ensino não pode assumir como particularidade apenas a prática educativa, e sim relacionar-se com as demais práticas sociais como a econômica por exemplo. Esse movimento indica um rompimento com o interesse inicial da ação educação, que era de perpetuar a situação favorável das elites e manter as demais classes dominadas. É adotar um ensino capaz de desenvolver o intelectual, o físico, a formação científica e tecnológica; um ensino que atenda aos interesses da classe trabalhadora. É aproximar-se da sua missão de favorecer a adaptação aos diversos ofícios que constantemente surgem e até fortalecer sua função social, que é colaborar para o resgate do ser humano existente dentro de cada pessoa. (WERTHEIN; CUNHA, 2000). “A união do ensino ao trabalho produtivo e um ensino politécnico é, pois, uma concepção orgânica implicada no movimento da criação das

condições históricas de uma sociedade onde o homem total e todo homem se humanize pelo trabalho” (FRIGOTTO, 1984, p. 189).

4. UM BREVE ‘ABRE ASPAS’: OS CASES DAQUELES QUE NÃO CURSARAM O ENSINO SUPERIOR

Reescrevendo Vasconcellos (2007, p. 195): “cabe um questionamento inicial: não haveria *salvação* fora da universidade? Se formos pensar em termos mais radicais, poderíamos indagar: quem disse que a universidade é a **única** opção para a realização humana?”

A intenção deste texto não é reduzir o papel significativo do ensino superior, e sim destacar a necessidade do aprendiz em ser o personagem principal da sua própria educação. Sandro Magaldi, CEO do meuSucesso.com, vai mais longe ao argumentar que “o fundamental é estar preparado para chegar aonde você quer chegar, através de estudos e pesquisas próprias, onde os profissionais precisam ser constantemente pessoas inquietas” (GERAÇÃO DE VALOR, 2016). Algumas carreiras são intensamente formais e necessitam cumprir ritos, mais que prevaleça o desejo de não se contentar com que se aprende dentro das instituições de ensino superior, afinal um profissional detêm vários outros atributos além de certificados. É disso que fala João Cristofolini no livro ‘O que a escola não nos ensina’.

Como explicar o êxito em suas respectivas áreas de atuação, de referências como Bill Gates, Steve Jobs, Silvio Santos, José de Alencar, Washington Olivetto, entre tantos outros, sendo que estes não cumpriram com o pré determinado convencionalmente? Ou seja, cursar primeiramente o curso superior e somente depois ingressar em suas carreiras e/ou negócios.

No momento que Gates e Jobs optaram por desistir de seus cursos não optaram também por pararem no tempo. Ambos continuaram se aperfeiçoando, assim como, aprenderam muito com suas próprias decisões, adquirindo experiências e acumulando aprendizado à medida que as situações iam ocorrendo.

Steve Jobs faleceu sem nunca ter tido um diploma universitário. Porém, quando tomou a decisão de abandonar o curso em que estava para trabalhar em um projeto chamado Macintosh - o Mac, sabia muito bem o que queria e foi em busca de realizar seus objetivos. Foi nesse período que ele fez o curso de caligrafia, que lhe capacitou a ter uma percepção e visão diferenciadas, lhe dando habilidades para fundar a Apple. Jobs em seu lendário discurso na Universidade de Stanford mencionou sobre tal período:

nada daquilo tinha qualquer aplicação prática para a minha vida. Mas 10 anos mais tarde, quando estávamos criando o primeiro computador Macintosh, tudo voltou. E nós colocamos tudo aquilo no Mac. Foi o primeiro computador com tipografia

bonita. Se eu nunca tivesse deixado aquele curso na faculdade, o Mac nunca teria tido as fontes múltiplas ou proporcionalmente espaçadas. E considerando que o Windows simplesmente copiou o Mac, é bem provável que nenhum computador as tivesse” (STEVE JOBS, 2005).

William Henry Gates III, mais conhecido como Bill Gates, co-fundador da Microsoft, foi admitido na Universidade de Harvard onde abandonou dois cursos (Matemática e Direito). Por conseguinte, estudou muito e também fez cursos variados nas mais diversas disciplinas, e nenhum destes aprendizados estavam determinados na sua grade curricular da universidade. Ele concluiu seu curso universitário, no ano de 2010, quando já detinha umas das maiores fortunas mundiais. No ano de 2004 quando discursou para os formandos da Universidade de Harvard, reconheceu que foi transformado pela Universidade, contudo ele fez o seguinte pesar: “saí de Harvard sem a consciência das injustiças no mundo, as diferenças terríveis de saúde, riqueza que condenam milhões de pessoas ao desespero” (GATES, 2014).

Para fechar este tópico, o cerne do argumento é demonstrar que o profissional não pode deixar única e exclusivamente, sua capacitação e conseqüentemente seus sonhos a cargo das instituições de ensino superior. Tampouco, se sujeitar e acomodar com as convenções naturais que o sistema impõe. A aprendizagem se faz possível a todo momento e hoje existem inúmeros recursos para tal, como por exemplo, a internet; uma das fontes inesgotáveis de informação. Cursar o ensino superior e ter um diploma não é sinônimo de sucesso, mas sim estar preparado para as oportunidades que surgirem.

5. UMA VANTAJOSA CORRELAÇÃO ENTRE AS PESSOAS, AS ORGANIZAÇÕES EDUCACIONAIS E O MERCADO DE TRABALHO

Como o próprio subtítulo aponta será abordado nos próximos trechos, como pode ser proveitosa a interdependência entre os aprendizes, as instituições de ensino superior e o mercado de trabalho.

5.1 Educação empreendedora

O primeiro mote é fazer menção a educação empreendedora: educação associada ao empreendedorismo.

Assim, o conceito de EE abrange todos os níveis educacionais, incluindo tanto a concepção mais ampla segundo a qual o ensino promove o desenvolvimento de atitudes e de habilidades que não são diretamente relacionadas à criação de novos negócios, quanto uma concepção mais restrita e que focaliza a criação de um negócio (LOPES, 2010, p. 26).

Seu pilar é a geração de conhecimento por meio da vivência do estudante e sua interação com as questões do dia a dia, onde o aprendiz não será apenas um ouvinte passivo de teoria mas sim, um agente ativo do seu aprendizado. A linguagem utilizada é diferenciada, ela se adequa ao nível dos aprendizes, promovendo o desenvolvimento e gerando entre eles habilidades como de planejamento, de serem inovadores e a capacidade de identificar oportunidades e proporem soluções. De forma sucinta, a educação empreendedora assegura um aprendizado sustentável e transformadora da realidade atual. Dolabela descreve as peculiaridades da educação tradicional e da educação empreendedora:

Quadro 3 – Educação Tradicional X Educação Empreendedora

<i>Educação Convencional</i>	<i>Educação Empreendedora</i>
Ênfase no conteúdo, que é visto como meta	Ênfase no processo, aprender a aprender
Conduzido e dominado pelo instrutor	Apropriação do aprendizado pelo participante
O instrutor repassa o conhecimento	O instrutor como facilitador e educando; participantes geram conhecimento.
Aquisição de informações “corretas” de uma vez por todas	O que se sabe pode mudar
Currículos e sessões fortemente programados	Sessões flexíveis e voltadas a necessidades
Objetivos do ensino impostos	Objetivos do aprendizado negociados

Prioridade para o desempenho	Prioridade para a autoimagem geradora do desempenho
Rejeição ao desenvolvimento de conjecturas e pensamento divergente	Conjecturas e pensamento divergente vistos como parte do processo criativo.
Ênfase no pensamento analítico e linear, parte esquerda do cérebro	Envolvimento de todo o cérebro; aumento da racionalidade no lado esquerdo do cérebro por estratégias holísticas, não-lineares, intuitivas; ênfase na confluência e fusão dos dois processos
Conhecimento teórico e abstrato	Conhecimento teórico amplamente complementado por experimentos na sala de aula e fora dela
Resistência à influência da comunidade	Encorajamento à influência da comunidade
Ênfase no mundo exterior; experiência interior considerada imprópria ao ambiente escolar	Experiência interior é contexto para o aprendizado; sentimentos incorporados à ação
Educação encarada como necessidade social durante certo período de tempo, para firmar habilidades mínimas para determinado papel.	Educação vista como processo que dura toda a vida, relacionado apenas tangencialmente com a escola
Erros não aceitos	Erros como fonte de conhecimento
O conhecimento é o elo entre aluno e professor alunos é de fundamental importância	Relacionamento humano entre professores e alunos é de fundamental importância

Fonte: DOLABELA, Fernando. *Oficina do Empreendedor*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999, p. 116

Inicialmente a base do ensino dos cursos relativos ao empreendedorismo era a instrução de como administrar pequenas empresas, sendo que as opções destes eram um número reduzido. Por conseguinte, sua evolução foi rápida e segundo Lopes a trajetória da educação empreendedora:

[...] historicamente, o ensino do empreendedorismo nasceu primeiro nos Estados Unidos, nas faculdades de administração, e se espalhou pelos diversos países. Em 1947, Myles Mace ofereceu o primeiro curso de empreendedorismo em Harvard para 188 alunos, mas com certeza uma série de fatos anteriores foram as bases para a criação desse curso (LOPES, 2010, p. 06).

No Brasil, foi o professor Ronald Degen o primeiro a introduzir um curso de empreendedorismo no ano de 1981 na Fundação Getúlio Vargas. E ainda nos dias atuais, quando se trata de lecionar educação empreendedora, é um assunto contestado que levanta diversas discussões. No ensino infantil, uma das premissas elencadas é que a matéria teria como finalidade a exploração das capacidades das crianças para promover única e exclusivamente o enriquecimento do País. No entanto, o intuito é que as escolas sejam locais para formação de indivíduos com características distintas, destacando-se principalmente em

serem autônomas e responsáveis. Todo esse processo, para alguns é natural, por conseguinte, também pode ser estimulado.

Voltando-se para o ensino superior, foco deste estudo, é preciso dizer que tal matéria é crucial porém, também desenvolvida timidamente. O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE em parceria com a Endeavor, realizou uma pesquisa no ano de 2016 que teve a participação de 2.230 (dois mil e duzentos e trinta) alunos e 680 (seiscentos e oitenta) professores de mais de 70 (setenta) instituições de ensino superior no Brasil. De imediato foi relatado um desacerto quanto às necessidades dos professores versus a dos alunos. Enquanto 65% (sessenta e cinco por cento) dos professores estão satisfeitos com as iniciativas de empreendedorismo dentro das universidades, a dos alunos é de apenas 36% (trinta e seis por cento). Abaixo segue um quadro com algumas informações da pesquisa:

Quadro 4 – Empreendedorismo nas Universidades Brasileiras

<i>Foco</i>	<i>Considerações</i>
Universidade	Não têm uma estrutura que apoie a jornada completa do empreendedor.
	Está desconectada do mercado
	O modo como atua não estimula a inovação e o sonho grande nos alunos
Alunos	Um em cada quatro alunos tem ou quer ter um negócio próprio.
	O universitário tende a demorar mais para empreender que o brasileiro médio
	O maior desafio do aluno empreendedor é o acesso a crédito e/ou investimentos

Fonte: Elaborado pela autora com base no relatório “Empreendedorismo nas Universidades Brasileiras - 2016” organizado pelo Sebrae/Endeavor Brasil.

Mais uma vez é de destaque a necessidade de superação das velhas estruturas sociopedagógicas. Bem como as instituições de ensino superior adotarem uma postura de elo entre os aprendizes com a comunidade e o mercado de trabalho; conhecerem as respectivas carências e atuar. A pesquisa supracitada também apontou que alunos ao cursarem disciplinas de empreendedorismo diminuem suas dúvidas e os desafios quanto à possibilidade de empreenderem. Posto isto, estes mesmos aprendizes vivem na era do autoemprego, são profissionais das mais variadas áreas que ao longo de suas carreiras terão a necessidade de fomentar a criação de novos negócios e a educação empreendedora os torna aptos a esta tarefa. Por exemplo, médicos que abrem seus próprios negócios. Como terão subsídios para administrar e ao mesmo tempo gerar inovações se saírem da faculdade com pouca ou nenhuma base sobre o assunto? Ou seja, muito mais do que qualificação profissional, a

educação empreendedora produz recursos capazes de melhorar a vida em sociedade. “O que não se pode perder de vista é o resultado a ser alcançado: formar empreendedores, capacitar pessoas para que se transformem em atores centrais no cenário de mudanças da economia nacional” (DOLABELA, 1999, p. 24).

Ao citar um exemplo o intuito é reforçar ainda mais a ideia: o escritor e empresário Richard Branson, em 2005 inaugurou em Joanesburgo na África do Sul, o primeiro Centro Branson de Empreendedorismo. Ele defende a ideia de que o empreendedorismo é o “caminho de ouro para a liberdade econômica”, sendo capaz de impulsionar o crescimento de um País e ajudar a empregar cidadãos. A inspiração dele é Taddy Blecher, co-fundador da universidade gratuita da África do Sul, a CIDA, Community and Individual Development Association (Associação para o Desenvolvimento Individual e Comunitário). “Sua primeira reação à pobreza à sua volta foi abrir a carteira e distribuir dinheiro. Mas, mesmo que fizesse isso, ele sabia que não estaria agindo corretamente. Essas pessoas não queriam caridade; elas queriam opções na vida” (MENDONÇA, 2015).

O Brasil é um dos países mais empreendedores do mundo e mesmo que a taxa de mortalidade empresarial vem diminuindo, ela ainda é presente na realidade brasileira. No último relatório elaborado pelo Sebrae e divulgado em Outubro de 2016, aponta que 23,4% (vinte e três por cento) das empresas com formação de até 2 (dois) anos; são fechadas. A pesquisa também descreveu o sentimento dos empreendedores ao encerrarem as atividades de suas empresas: 27% (vinte e sete por cento) sentem frustração/decepção/desilusão (SEBRAE, 2016).

Uma das maneiras de mudar este panorama é o ensino do empreendedorismo. Já existe um Projeto de Lei, o de nº 772/2015, que propõe alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), para dispor que seja incluído nos currículos dos ensinos fundamental e médio, o empreendedorismo como tema transversal. Estabelece ainda como sendo objetivo da educação superior a incitação ao empreendedorismo e a inovação, objetivando um elo entre os conhecimentos técnicos/científicos e o mundo do trabalho (SENADO, 1996).

Luiz Barretto, presidente do Sebrae Nacional, acredita que a construção de um País mais produtivo e justo depende diretamente da educação de seu povo. “Nenhum país do mundo se transforma em nação desenvolvida sem estabelecer e colocar em prática políticas para levar o conhecimento e a capacitação técnica à sua população, especialmente, à parcela mais jovem dela” (SANTOS, 2013, p. 13).

E quando o contrário disto acontece? Quando não há um preparo para o desenvolvimento dos futuros empreendedores? Seja o teórico e/ou a proposição de princípios? De acordo com Dolabela tais ausências: “inibem o crescimento tecnológico, tornam inútil a inovação, despreparam o país para a competição internacional” (DOLABELA, 2012, p. 37).

Infelizmente a realidade anuncia que uma parcela considerável dos profissionais não sabem ser um empreendedor ou um inovador. Estão muito bem preparados para lidarem com as novas tecnologias, contudo, continuam desprovidos de habilidades para distinguir, compreender e explorar as oportunidades que surgem a cada novo momento. Ou seja, é necessário que a sociedade, empresas e instituições educacionais, mantenham uma relação próxima e conheçam as necessidades uma das outras e; percebam a necessidade de transformar o conhecimento em riqueza. É neste contexto que a educação empreendedora se mostra como uma ferramenta estratégica no meio econômico e na promoção de uma sociedade mais justa.

5.2 Bons exemplos a serem perseguidos

O formato de aprendizado praticado atualmente é datado de mais de 300 (trezentos) anos. De lá para cá muita coisa mudou, a tecnologia avançou, o modo de pensar modificou. Por conseguinte, as instituições de ensino não tem acompanhado as transformações no mesmo ritmo. Nas palavras do Prof. Sugata Mitra “as escolas estão obsoletas” (CARVALHO, 2013). Entretanto, ações diferenciadas, tentativas criativas e excelentes ideias não faltam para mudar tal constatação.

A Revista Exame publicou em março de 2013 a decisão da escola de negócios mais conceituada, a Harvard Business School, de estabelecer uma nova metodologia de ensino em seu MBA, a incorporação das práticas de aprendizado. Ainda que os estudos de casos permaneceram como sendo a base do ensino, foram adotadas também como pilares três elementos: ser, fazer e conhecer. Uma educação sustentável, esmiuçando melhor:

- Ser: o aprendiz passa por um processo de autoconhecimento, tomando consciência das suas deficiências bem como suas competências. Através de exercícios, definem como estão hoje e como desejam estar no futuro;
- Fazer: colocam em prática o que aprenderam na teoria, por meio de novas atitudes, que irão refletir positivamente no sucesso dos negócios;

- Conhecer: aplicar a teoria na vida prática, unindo tais concepções no empreendimento de novos projetos (PENNA, 2013).

No nível da educação superior, existem milhares de pessoas do mundo estudando juntas por meio das MOOC - sigla para *Massive Open Online Courses*, traduzindo, cursos online abertos e massivos, cunhado por Dave Cormier e Bryan Alexander. As particularidades desse formato de aprendizado são cursos totalmente online e gratuitos. As aulas são gravadas e o aprendiz pode assisti-las a qualquer horário dentro de um determinado período de tempo. Tarefas são colocadas e devem ser entregues em prazos pré definidos, normalmente semanalmente. A forma de avaliar é por meio de textos e trabalhos escritos, sendo adotado o padrão ‘avaliação pelos pares’. Ou seja, colegas avaliando colegas à medida que seus trabalhos são entregues e revisados, o que fortalece a interação entre eles. Em 2011, Peter Norvig e Sebastian Thrun tiveram a seguinte experiência: ter presencialmente pouco mais de 100 (cem) alunos e mais de 100.000 (cem mil) os acompanhando à distância pela internet. Em uma palestra disponibilizada na plataforma do TED³, Norving compartilhou seu aprendizado sobre tal e descreveu:

[...] aprendi que uma aula não é fundamento sobre informação. O mais importante é a motivação e a determinação... É um momento fascinante. Quanto a mim, a parte mais emocionante disso tudo são os dados que estamos coletando. Estamos coletando milhares de interações por aluno em casa turma, bilhões de interações no total, e agora podemos começar a analisar isso, e quando aprendemos a partir daí, fizermos experimentos, aí então virá a verdadeira revolução. E todos poderão ver os resultados de uma nova geração de alunos notáveis (NORVING, 2012).

Novamente citando o professor Mitra, há alguns anos ele fez na cidade de Kuppam - Índia, um buraco na parede do seu próprio escritório e ao colocar nele um computador virado para a favela ouviu pela primeira vez de uma criança em tom muito natural que “é possível aprender sozinho” (PEREIRA, 2012). O desejo do professor que já vem sendo colocado em prática é a construção de ‘Escolas na Nuvem’, onde as crianças aprendem por meio da imaginação, sendo guiadas por mediadores nos Ambientes de Aprendizado Auto Organizados preparados em quaisquer espaços disponíveis.

A Finlândia tem como meta extinguir do seu modelo educacional a separação do conteúdo escolar em matérias e adotar como metodologia de ensino uma abordagem multidisciplinar, ou seja, por tópicos multidisciplinares. As aulas não serão expostas de

³ TED (acrônimo de Technology, Entertainment, Design) é um conjunto de conferências realizadas na Europa, na Ásia e nas Américas pela fundação Sapling, dos Estados Unidos, sem fins lucrativos, destinadas à disseminação de ideias. Fonte: Wikipédia

acordo com os preceitos de uma única disciplina, mas segundo um tópico. A partir do momento que este é definido, os professores o abordam conforme especialidades. A Finlândia investiu muito para ser referência no mundo todo em educação, principalmente, deu ênfase na formação acadêmica de seus professores e deram-lhes autonomia para lecionarem de acordo com o perfil de sua turma. Sobre o assunto, Irene Maluf, especialista em psicopedagogia, educação especial e neuroaprendizagem diz que:

[...] são os profissionais mais respeitados do país assim como os cursos ligados à educação são os mais procurados pelo reconhecimento que geram. Os pais levam os filhos a bibliotecas nos finais de semana e lá não existe a possibilidade de terceirizar a responsabilidade pela educação das crianças. Os jovens levam a educação a sério, pois sabem que é só através dela que podem alcançar um bom padrão de vida futuramente (MALUF, 2015).

No Brasil, já foram tomadas algumas decisões para mudar determinadas convenções. O Conselho Nacional de Educação - CNE analisa meios de lecionar o desenvolvimento das competências socioemocionais no ambiente escolar (MEC). Alguns exemplos de competências socioemocionais são: perseverança, colaboração, autocontrole, curiosidade, otimismo e confiança. Essas competências não cognitivas estimulam o desenvolvimento integral do aluno (FAJARDO, 2014).

Outro exemplo é o SEBRAE que possui o programa Jovens Empreendedores Primeiros Passos que em parceria com as escolas interessadas em inserir a temática da Educação Empreendedora na sua grade curricular, capacita professores para fomentar a educação e a cultura empreendedora no ambiente escolar.

Há também algumas experiências, como a realizada pela Universidade do Vale do Itajaí em Santa Catarina, que montou uma ‘sala de aula totalmente inusitada. À época, 36 (trinta e seis) pessoas participaram ativamente de um treinamento ao ar livre. Dentre as atividades, arvorismo, dinâmicas de *team building* e uma cozinha de campo desafiaram os participantes na busca por comportamentos mais eficientes. A experiência foi personalizada a fim de proporcionar uma vivência real das competências mais requisitadas pelo mercado atual como, gestão de recursos, planejamento, organização, cultura da qualidade, comunicação e espírito de equipe (BLOG FUTURO DO PLANETA, 2012).

São experiências como as relatadas acima que demonstram ser possível uma nova dinâmica no ensino por meio da geração de oportunidades a todos e a aproximação da realidade dos aprendizes.

6. O PROCESSO DE PESQUISA

A palavra pesquisa em sua origem no latim *perquirere* significa ‘procurar com perseverância’. Gil define pesquisa como sendo um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (GIL, 2002).

As pesquisas podem ser classificadas sob diversos critérios. Ao considerar os procedimentos técnicos utilizados, são categorizadas em dois grandes grupos como:

- Pesquisas bibliográfica e documental e;
- Pesquisas experimental, ex-post facto, levantamento e o estudo de caso.

Ao dirimir qual e/ou quais dos métodos será e/ou serão utilizados, é preciso ponderar: o tipo de questão de pesquisa, o controle do investigador e o foco que será dado sobre fatos. A presente pesquisa será uma composição dos seguintes tipos: bibliográfica, documental e um estudo de caso. Esta, não será uma mera replicação do que já foi redigido sobre a temática em voga, mas sim, um reexame do tema sob o prisma da autora e do público entrevistado, chegando a novas inferências. A metodologia foi desenvolvida em etapas, que compreendeu desde a formulação do problema até a análise, passando pela fase de planejamento e execução da pesquisa, até a comunicação dos resultados em atendimento aos objetivos propostos no estudo.

Para melhor compreensão e tendo como foco este estudo em específico, seguem mais alguns conceitos:

- Pesquisa bibliográfica: possui características como o baixo custo e a rapidez do acesso da informação. Mattar diz que

[...] este levantamento deverá envolver procura em livros sobre o assunto, revistas especializadas ou não, dissertações e teses apresentadas em universidades e informações publicadas por jornais, órgãos governamentais, sindicatos, associações de classe, concessionárias de serviços públicos, etc (MATTAR, 2001, p. 20).

Ao ser definido o tema principal, a autora realizou um levantamento de distintos subtemas correlacionados. O intuito é que fosse possível aos demais leitores uma interpretação fácil e de ideias crescentes acerca do contexto geral. Reuniu-se assim, diversos conceitos disponíveis em livros e artigos acadêmicos dos mais variados autores que abordam assuntos relacionados a problemática desta pesquisa.

- Pesquisa documental: é realizada em fontes como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza, notas, diários, projetos de lei, ofícios, discursos, mapas, testamentos, inventários, informativos, depoimentos orais e escritos, certidões, correspondência pessoal ou comercial, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos (SANTOS, 2000, p. 27).

Ao longo da primeira fase nada foi descartado, ao contrário, toda informação era útil. Foram reunidos em um dossiê diversas informações das mais diversificadas fontes como: reportagens de jornais, projetos de leis, relatórios de encontros, tabelas estatísticas; dentre vários outros documentos relacionados ao tema.

E por fim o estudo de caso. Como relacionado na introdução deste trabalho, este é um estudo com vistas ao social, sendo desta maneira o estudo de caso considerado como vantagem. Além do que, a problemática desta pesquisa tem como formato levantar questões do tipo ‘como’ ou ‘por que’. De forma que para compreendê-las seria propício conhecer pessoas conexas ao objeto discutido.

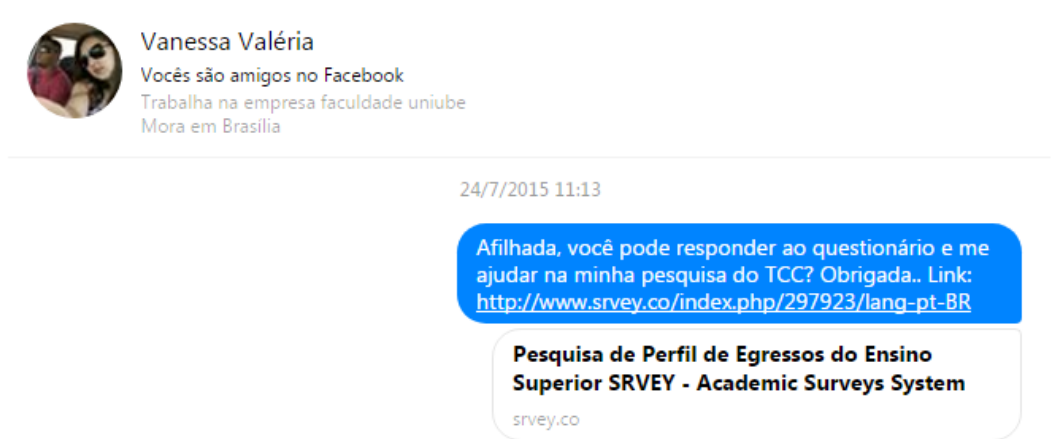
Em resumo, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores (YIN, 2001, p. 21).

Após a pesquisa bibliográfica, a análise documental e a percepção por parte da autora que era necessário compreender os diversos perfis de profissionais e a relação destes com as instituições de ensino superior, assim como, com o mercado de trabalho; foram definidos os objetivos específicos e optou-se por confeccionar um questionário semiestruturado, pois o roteiro (APÊNDICE A) contém perguntas principais que são complementadas por questões abertas, a fim de obter opiniões genéricas dos entrevistados. Tudo corroborado por estudiosos como o autor Gil que elenca os questionários como instrumentos adequados a “traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos” (GIL, 2002, p. 116).

Os questionários foram disponibilizados on line no site [surveymonkey.com](https://www.surveymonkey.com)⁴ e também impressos e entregues pessoalmente a quem assim preferisse. A divulgação da pesquisa foi por meio das redes sociais da autora.

⁴ SurveyMonkey é uma companhia baseada em nuvem de desenvolvimento de pesquisas online fundada em 1999 por Ryan Finley. Fonte: Wikipédia

Figura 1 – Divulgação pesquisa



Fonte: Página do Facebook da autora

Trata-se então de uma pesquisa quantitativa. Viegas (1999) descreve que pesquisas quantitativas têm como sua principal finalidade a coleta e a análise quantificada dos dados. Em relação a participação da investigadora, esse mesmo autor cita que os tipos variam entre participante e sistemática, ou seja, este estudo em questão a autora como investigadora atuou de forma sistemática, não tendo nenhum domínio das informações fornecidas.

Após organizados e tabulados no programa Excel, os dados serão representados por gráficos para melhor visualização e interpretação.

7. O ESTUDO DE CASO

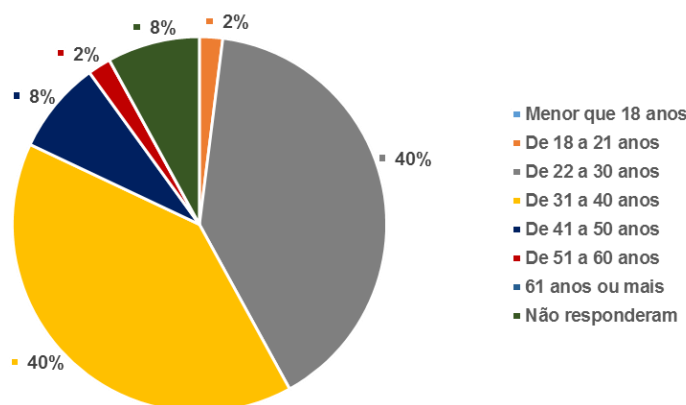
Para composição deste estudo de caso, o público alvo foram indivíduos egressos do ensino superior, independentemente da profissão escolhida, do tempo de graduado (a) e se estava ou não atuante no mercado de trabalho, no momento da pesquisa.

A autora pesquisadora teve uma certa dificuldade para conseguir uma amostra volumosa de respondentes, sendo o número específico deste estudo a quantidade de 52 (cinquenta e duas) pessoas. Os participantes nem sempre responderam a todas as perguntas. Por conseguinte, estes fatores não prejudicaram os resultados e sim o inverso; instigaram a autora a dar continuidade a outras investigações futuramente.

O questionário foi dividido em duas grandes partes. A primeira, composta por cinco perguntas que tinham a finalidade de identificar as características do perfil do público alvo.

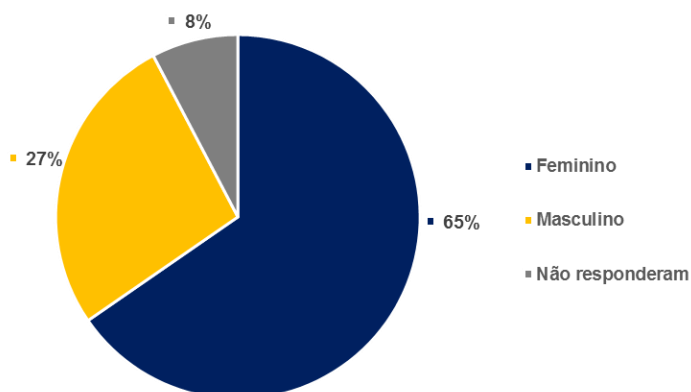
Ao analisar a faixa etária da amostra nota-se que houve um empate (40%) entre duas faixas etárias. Considerando o conjunto de todos os entrevistados, 80% pertencem a faixa de idade entre 22 a 40 anos.

Gráfico 1 - Faixa de idade



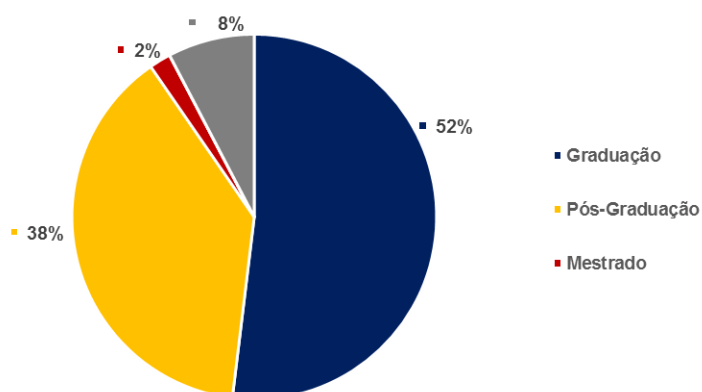
Fonte: Representação gráfica formulada a partir dos dados dos questionários aplicados pela autora em jan./2015.

Sendo a maioria participante composta por mulheres (65%).

Gráfico 2 – Sexo

Fonte: Representação gráfica formulada a partir dos dados dos questionários aplicados pela autora em jan./2015.

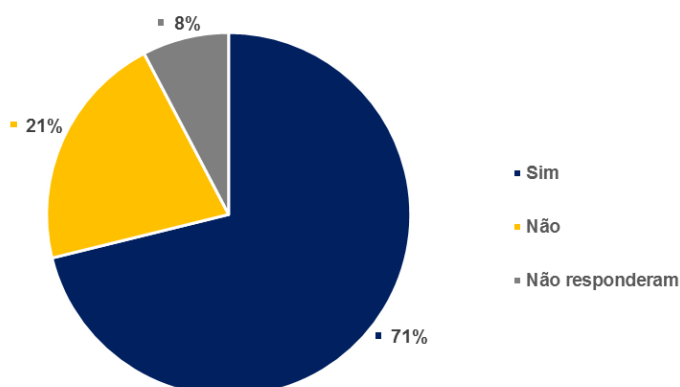
A pesquisa tinha como pré requisito ser egresso do ensino superior. Por conseguinte, foi lhes questionado o grau de suas escolaridades para identificar se os membros do grupo até o momento da presente pesquisa, prosseguiram ou não com suas qualificações. Como se observa abaixo é uma minoria de 40% que possui além da graduação.

Gráfico 3 – Grau de Escolaridade

Fonte: Representação gráfica formulada a partir dos dados dos questionários aplicados pela autora em jan./2015.

A maior parte dos interrogados estavam atuantes no mercado de trabalho, isto é, a pesquisa apontou que 71% estavam trabalhando.

Gráfico 4 – Está empregado atualmente?



Fonte: Representação gráfica formulada a partir dos dados dos questionários aplicados pela autora em jan./2015.

A próxima fase da entrevista teve como objetivo geral levantar informações para compreender se os diversos perfis de profissionais sentem-se preparados pelas instituições de ensino superior para atender as insaturáveis demandas do mercado de trabalho. E tais questionamentos carrega por si só uma carga emocional relevante dos entrevistados, por estar relacionado com suas escolhas de vida. Portanto, para que fosse alcançado com êxito os objetivos específicos deste estudo, foi adotada a escala Likert⁵ em cinco pontos em relação a seguinte afirmação: “como você se posiciona sobre as afirmações”. A escala empregada foi:

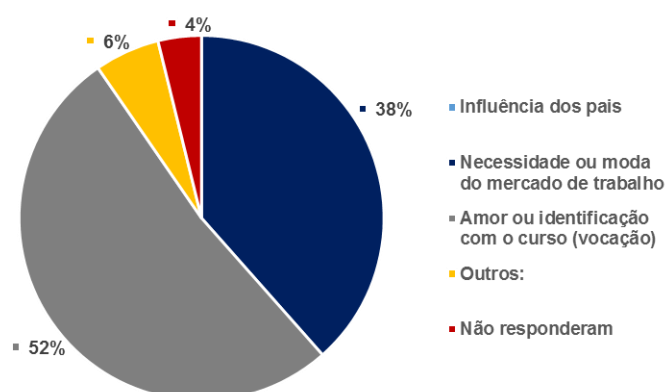
- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Não concordo, nem discordo
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

O primeiro interesse da autora pesquisadora era conhecer como os aprendizes escolheram os cursos que frequentaram durante o Ensino Superior e conseqüentemente as profissões que desempenham ou irão exercer. Mais da metade (52%) afirma ter amor ou identificação com sua própria escolha.

⁵ Tipo de escala de resposta psicométrica mais usada em pesquisas de opinião. Ao responderem a um questionário baseado nesta escala, os perguntados especificam seu nível de concordância com uma afirmação. Fonte: Wikipédia

Para corroborar o que mais da metade do público da pesquisa apontou, a psicóloga e professora adjunta da PUC Minas Camila Alves Fior, afirma que "a escolha da profissão é feita por um contato positivo que se tem da carreira, não por um caráter impositivo"(VELLEI, 2017).

Gráfico 5 – Como você escolheu seu curso superior?

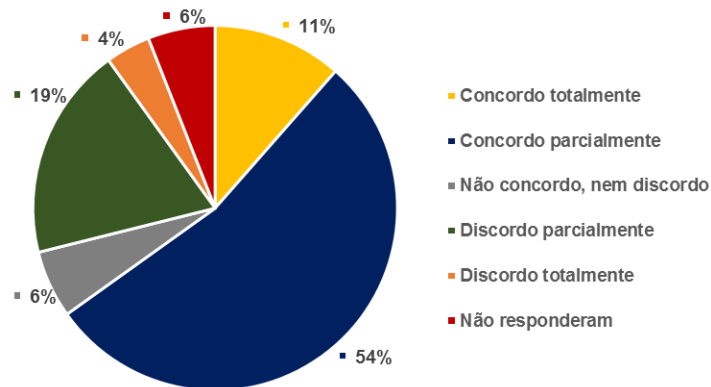


Fonte: Representa o gráfica formulada a partir dos dados dos questionários aplicados pela autora em jan./2015.

Fato interessante   que mesmo escolhendo seus cursos por identifica o, tal requisito não confortam os discentes quanto   sensa o destes de estarem prontos ou não para o ingresso no mercado de trabalho ao término de suas gradua es. Percebeu-se que mais da metade (54%) da amostra não se sentiu totalmente preparado para a nova fase.

Em outra pesquisa realizada no ano de 2002 e compilada em um artigo elaborado pelos autores Teixeira & Gomes, os questionados têm afirmaram que a universidade não estava preparando o aluno para a passagem e a conseqüente inser o profissional. Os recém formandos apontaram a insuficiência de atividades práticas na grade curricular das gradua es como um dos fatores críticos para tal sentimento.

Gráfico 6 – Eu me senti bem preparado para o mercado de trabalho quando me formei.



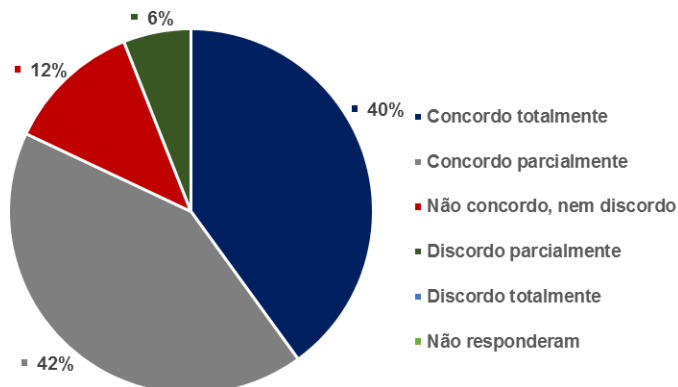
Fonte: Representação gráfica formulada a partir dos dados dos questionários aplicados pela autora em jan./2015.

Esses mesmos profissionais quando deparados com a afirmação, se eles tem o entendimento de qual é o perfil de profissional que o mercado de trabalho almeja, mais de 10% do total “não concordam e nem discordam”. A leitura que se faz é que uma fatia considerável de aprendizes não acompanham precisamente as modificações ocorridas no mercado de trabalho.

Reitera-se que a educação é fundamental para o elo entre os profissionais e o mercado de trabalho com suas constantes transformações em seus processos produtivos. Entretanto, como se observa nos números da pesquisa e corroborado abaixo pelas autoras Fernanda Brain, Sônia Gondim e Marina Chaves, o reconhecimento da educação como fator econômico ainda é desproporcionado.

Há que se ter em conta, no entanto, que é visível o distanciamento entre o perfil demandado e o processo de formação escolar, o que fica evidenciado na dificuldade de encontrar disponível no mercado aquele profissional que se ajuste ao perfil definido pelas empresas (BRAIN et al., 2003, p. 123).

Gráfico 7 – Eu tenho plena consciência do perfil profissional que o mercado demanda.

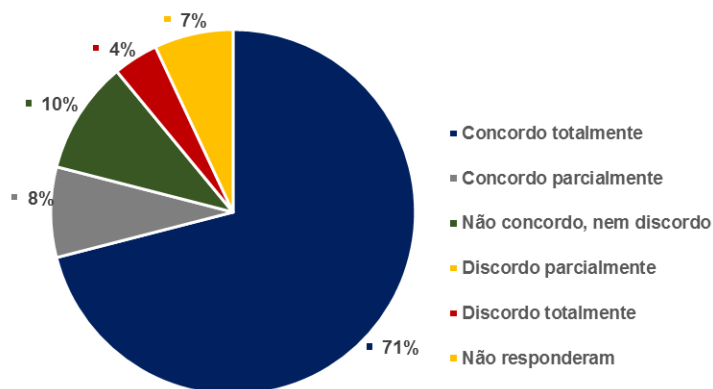


Fonte: Representação gráfica formulada a partir dos dados dos questionários aplicados pela autora em jan./2015.

Ao constatar anteriormente que boa parte deste público são graduados, nesta fase nota-se que é do interesse quase que da totalidade do grupo, a pretensão de continuar se aperfeiçoando. O que é um bom indicador, ao ponderar o dado constatado anteriormente que estes discentes não tinham total segurança para o ingresso no mercado de trabalho, sendo a educação continuada um recurso a minimizar esta lacuna.

A capacidade dos trabalhadores para ampliação de seus saberes torna-se uma característica crucial da capacidade do trabalho em si. É possível afirmar que a força de trabalho apresenta-se cada vez mais como força inteligente de reação às condições de produção em mutação e à solução de problemas inesperados (VICENT, 1995, p. 160 apud VIEIRA; FILENGA, 2010, p. 07).

Gráfico 8 – Eu pretendo continuar me especializando.



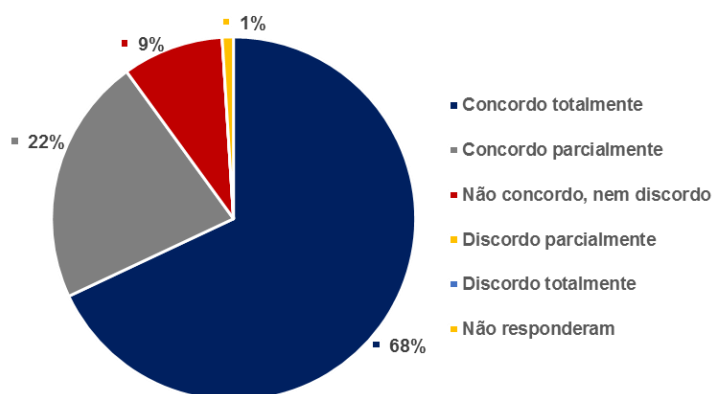
Fonte: Representação gráfica formulada a partir dos dados dos questionários aplicados pela autora em jan./2015.

A próxima afirmação anunciava que a necessidade da especialização está diretamente relacionada com a necessidade do mercado. Vale ponderar que ainda que, boa parcela não tem

total consciência do perfil que o mercado demanda; 68% das pessoas concordam plenamente com a assertividade acima descrita e; conseqüentemente leva-se a conclusão que a concorrência no mercado de trabalho pode ser uma das motivações para escolha das especializações posteriores a graduação.

De acordo com Dutra, no Brasil, as pessoas são naturalmente resistentes ao planejamento de sua vida profissional por não terem nenhum estímulo para isso ao longo da vida. Além disso, encontra-se uma realidade onde o indivíduo tende a guiar sua carreira mais por apelos externos, como remuneração, *status*, prestígio, do que por preferências pessoais. Dutra (2002, p. 101), reitera que “embora não existam até aqui pesquisas que confirmem essa afirmação, há a seu favor inúmeras constatações empíricas oriundas de eventos em que esse assunto foi discutido, intervenções em empresas e trabalhos com estudantes de nível superior.”

Gráfico 9 – A necessidade da especialização está diretamente relacionada com a necessidade do mercado.



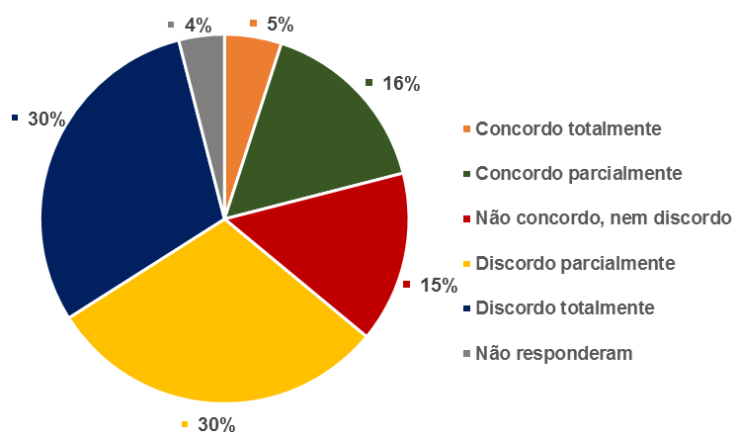
Fonte: Representação gráfica formulada a partir dos dados dos questionários aplicados pela autora em jan./2015.

Pela pesquisa chega-se a conclusão que o egresso do ensino superior concorda que as alterações ocorrem rapidamente. Ao estimar que uma graduação tem em média 04 (quatro) anos de duração, a maior parte dos pesquisados (60%) discordam parcialmente ou totalmente que o mercado nada alterou desde que os mesmos iniciaram seus estudos.

Em matéria vinculada e publicada no dia 26 de abril de 2017, em seu subtítulo dizia exatamente o seguinte: ‘A saída para sobreviver no mercado é aceitar que ele mudou e tem outras exigências. Amplo, dinâmico e globalizado, valoriza profissionais que se reinventam’. Neste artigo abordava que influências como as crises, trazem diversas mudanças e citando apenas uma delas que se destaca no momento: a relação de emprego. E conseqüentemente, a

capacidade dos profissionais se reinventarem frente às novas circunstâncias. Amir El-Kouba, professor de gestão de pessoas em MBAs da Fundação Getúlio Vargas/Faculdade IBS e consultor empresarial, afirma que: “as transformações da carreira individual e no mercado de trabalho, um outro modelo na relação com o trabalhador, são um caminho sem volta. É a percepção mais clara que a globalização determinou 30 anos atrás” (KOUBA, 2017).

Gráfico 10 – Sinto que o mercado de trabalho não mudou nada desde que eu iniciei meu curso de graduação.

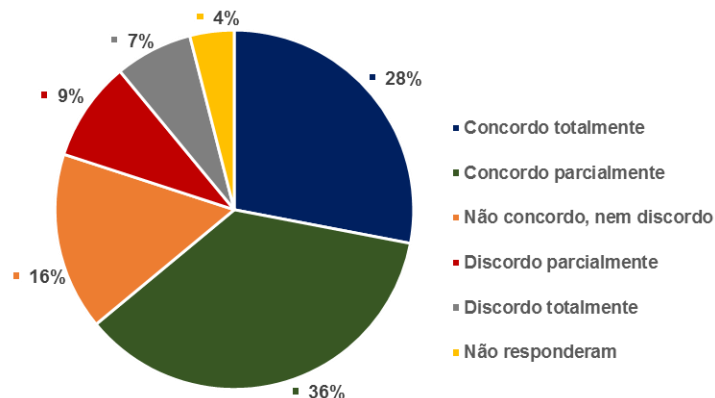


Fonte: Representação gráfica formulada a partir dos dados dos questionários aplicados pela autora em jan./2015.

Este é um grupo formado por duas principais gerações, a X e a Y. Ainda que detenham características bem peculiares, uma geração é fruto da outra; e este pode ser um ponto que levou a um dado interessante percebido pela pesquisadora que merece destaque - foi uma questão que teve pouca diferença entre as duas respostas com maior participação. Levando a inferir que este é um grupo que é estimulado pela exigência de resultados positivos constantes.

Como afirma Luckesi (2006, p. 152), “o ser humano age em função de algum resultado, seja econômico, material, político, amoroso, ou até mesmo o simples prazer de viver o momento.”

Gráfico 11 - Sinto-me totalmente estimulada pela exigência de resultados positivos constantes.

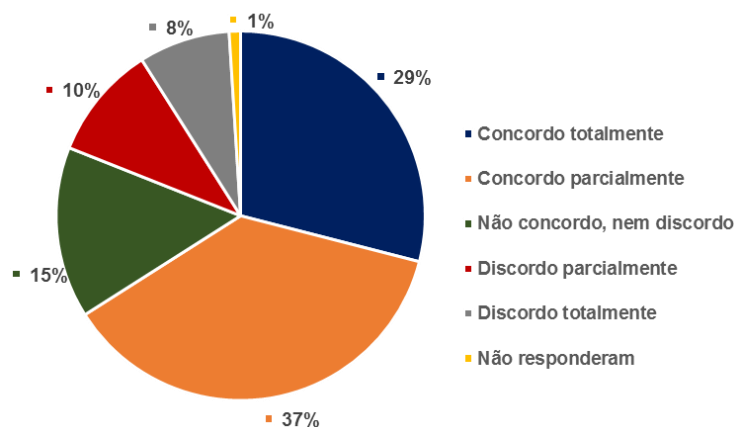


Fonte: Representação gráfica formulada a partir dos dados dos questionários aplicados pela autora em jan./2015.

Outro traço distinguido é que são pessoas que concordam, ainda que em níveis diferentes (totalmente – 29% e parcialmente – 37%); que estão prontas para conviverem entre profissionais pertencentes a gerações distintas.

A convivência dos profissionais de diferentes gerações por vezes podem gerar conflitos. Se faz necessário então, em função destas desavenças alguns ajustes pela liderança, o que refletirá no respeito pela autoridade, adequação da carga horária e assim por diante. É importante ressaltar que entre as gerações, parafraseando Isabel Santos, “há muito mais convergência do que praticamente divergências ou conflitos” (SANTOS et al., 2014, p. 43).

Gráfico 12 - Estou totalmente preparada para conviver com pessoas de diferentes gerações/pensamentos.



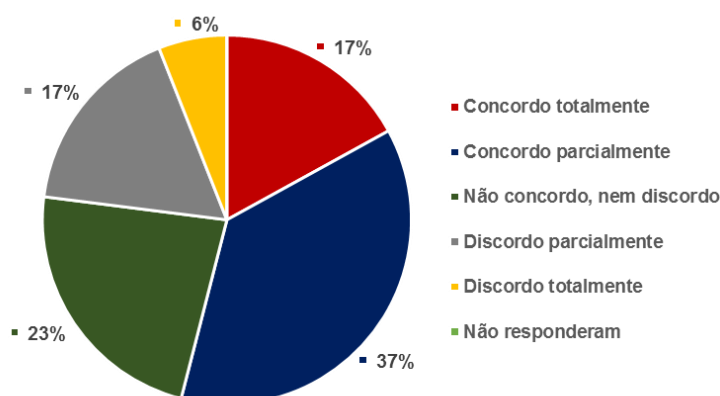
Fonte: Representação gráfica formulada a partir dos dados dos questionários aplicados pela autora em jan./2015.

Quando o objeto é relativo a demanda por multiprofissionais/profissionais generalistas, 37% concordaram que conhecem parcialmente tal asserção. Um indicativo que ainda uma parcela significativa desconhece este perfil tão requisitado atualmente.

Para Kleber Santiago, sócio da Directa Consultoria Empresarial, o generalista possui uma visão ampla de tudo que acontece a sua volta. É extremamente atento e possui características fundamentais para um profissional de sucesso.

O mercado demanda cada vez mais por profissionais com visão macro do mundo e capazes de relacionar diversos elementos que envolvam pessoas, materiais, recursos disponíveis e indisponíveis, onde se conheça cada área e setor da empresa e que esteja sempre prestes a atuar no que for necessário. É importante ter criatividade, flexibilidade, ser comunicativo, despojado de preconceitos e hábil negociador. Precisa também ter espírito crítico, saber ouvir mais do que falar, possuir raciocínio lógico aguçado, ter facilidade com números e ser dotado de elevado senso de justiça. São essas características fundamentais para uma pessoa generalista (TORTORETTE, 2010).

Gráfico 13 - Eu conheço totalmente a demanda por multiprofissionais/profissionais generalistas.



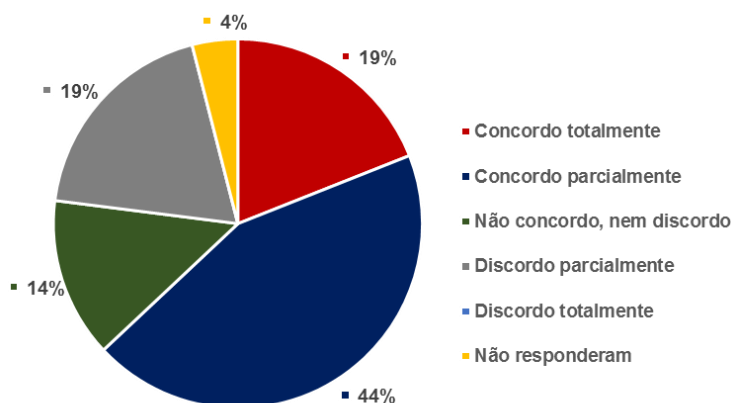
Fonte: Representação gráfica formulada a partir dos dados dos questionários aplicados pela autora em jan./2015.

A autora deste estudo também quis reconhecer entre os pesquisados se além de conhecimento, foram potencializados nestes suas habilidades e atitudes. Uma grande fatia de 44% responderam que concordam parcialmente. Deduz-se que algo está deficiente, não lhes permitindo a plena convicção que estas capacidades foram-lhes desenvolvidas. Competências estas que ao longo deste texto ficaram evidentes da sua influência para um comportamento diferenciado dos profissionais.

Ainda que o mercado exija dos profissionais tais características distintivas, Teixeira & Gomes afirmam que:

[...] contudo, a responsabilidade por desenvolver as competências que possibilitarão atender a essa demanda do mercado de trabalho tem ficado a cargo do indivíduo que, é visto como responsável tanto pelo seu sucesso quanto pelo seu fracasso (TEIXEIRA et al., 2004, p. 52).

Gráfico 14 - Durante o ensino superior, foram desenvolvidas minhas habilidades e atitudes.



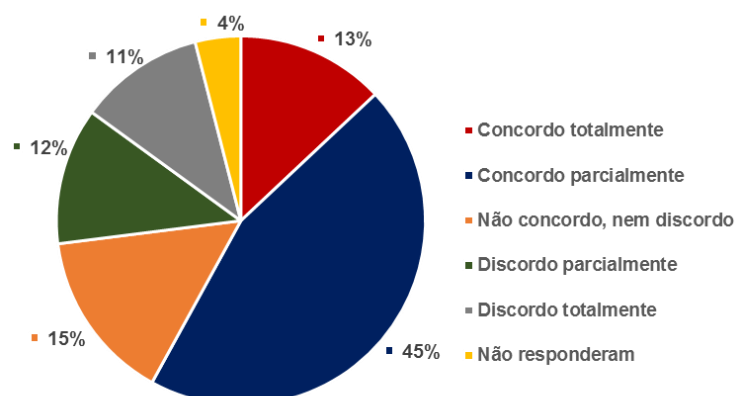
Fonte: Representação gráfica formulada a partir dos dados dos questionários aplicados pela autora em jan./2015.

As estatísticas acima tabuladas refletem na próxima análise. A falta de uma preparação mais ampla por parte das instituições de ensino superior incide no dia a dia dos profissionais. Tem-se a expectativa que os aprendizes recém formados estão totalmente prontos para as prováveis situações futuras, entretanto, pouco mais de 10% concordam totalmente que não estão habilitados a esta empreitada.

Diversos podem ser os fatores a contribuir para esse sentimento de incapacidade, sendo que a comunidade acadêmica também está inquieta e busca novas respostas. Algumas experiências são realizadas, dentre elas cita-se os “Seminários de Inovação em Atividades Curriculares” que acontecem bianualmente desde 2007 na Unicamp. Os acadêmicos acreditam que uma maneira de diminuir a lacuna entre as instituições de ensino superior e o dia a dia dos profissionais é o desenvolvendo de atividades curriculares que atendam às demandas dos docentes, discentes e do mercado, tendo como fator primordial as transformações no modo de trabalho de transmissão do conhecimento. No relatório elaborado em 2011, os organizadores aludiram que:

[...] no cenário universitário são diversos os agentes desafiadores das formas de conduzir o currículo, que vão desde as alterações estruturais da cultura, da sociedade e do conhecimento, até os recursos tecnológicos dispostos atualmente. Assim, podemos afirmar que a efetividade de uma prática curricular inovadora é decorrência tanto de condições individuais, como institucionais, sociais, culturais e políticas (PEREIRA et al., 2011, p. 12).

Gráfico 15 - O ensino superior me preparou para situações do dia a dia do exercício profissional.

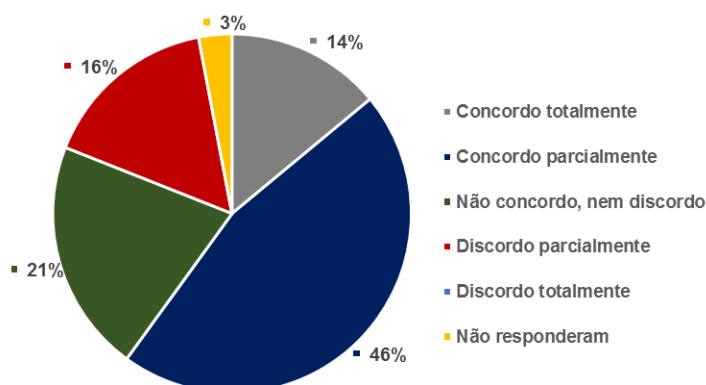


Fonte: Representação gráfica formulada a partir dos dados dos questionários aplicados pela autora em jan./2015.

A autora pesquisadora acredita que as instituições de ensino precisam ir além da capacitação técnica e/ou teórica dos aprendizes, isto é, desenvolver o profissional de maneira que o torne consciente de seu papel como cidadão. Sendo assim quis conhecer sob a perspectiva desta amostra se os mesmos foram despertados para tal e como se verifica abaixo, quase que metade do grupo não tem plena convicção desta colaboração por parte de suas respectivas instituições de ensino.

A universidade deve chamar a si a tarefa de, tanto quanto possível, assumir a consciência crítica da sociedade. Alicerçada no processo de fundamentação científica, que deve ser uma de suas funções peculiares, a universidade deve ser também capaz de mostrar, com clareza, as deformações e contradições do todo social e propor com alternativas concretas, levando em conta as necessidades nacionais e não apenas os interesses de alguns grupos privilegiados ou de algumas classes (FÁVERO, 2000, p. 25).

Gráfico 16 - A instituição de ensino superior ajudou na minha formação como cidadão.

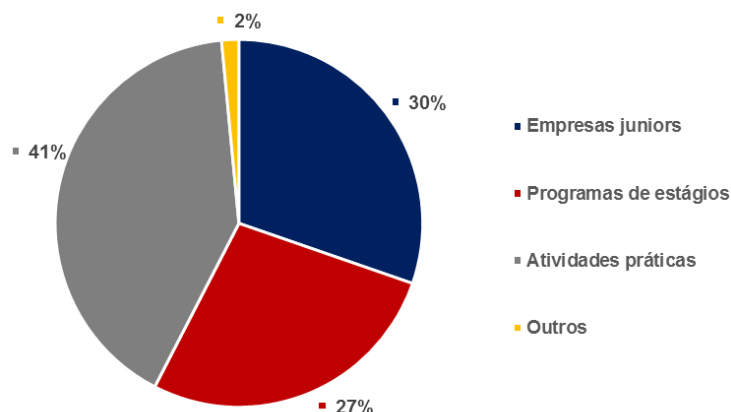


Fonte: Representação gráfica formulada a partir dos dados dos questionários aplicados pela autora em jan./2015.

Para aplicação do questionário, a pesquisadora relacionou previamente alguns programas que em seu entendimento após sua experiência pessoal e algumas leituras; podem agregar na preparação dos alunos e fazer uma conexão mais efetiva com o que lhes aguardam no mercado profissional. E uma fatia considerável de 41% veem nas ‘atividades práticas’ durante o curso como um programa a ser implementado.

As IES devem promover o desenvolvimento da cultura empreendedora interna e externamente, desenvolvendo as pessoas e a comunidade em geral, oferecendo cursos e treinamentos, desenvolvendo projetos de pesquisa em inovação e empreendedorismo, tanto de negócios quanto social. Deve-se incentivar o apoio para projetos empreendedores dos alunos e da comunidade em seu entorno, ajudando a cumprir um de seus objetivos sociais, que é estimular a melhora da qualidade de vida e o aumento e a distribuição da riqueza (FÁVERO, 2000, p. 87).

Gráfico 17 - Quais desses programas as instituições de ensino superior deveriam implementar para melhorar a preparação de seus alunos?



Fonte: Representação gráfica formulada a partir dos dados dos questionários aplicados pela autora em jan./2015.

E por último, mas não menos importante foi lhes interpelados sobre a seguinte afirmação: ‘É necessário haver uma confluência entre as instituições de ensino, mercado de trabalho e as pessoas que as compõem’. De modo que a autora os instou a discorrer sobre, sendo que 75,61% das pessoas colaboraram. Abaixo seguem algumas das elucidações:

- Faculdade é apenas teoria e o aprendizado vem na prática, logo as instituições de ensino e as empresas precisam de uma forma eficaz de interagirem e inserirem esses formandos no mercado de trabalho;
- A educação e o trabalho são categorias que incitam polêmicas, devido às diferentes interpretações presentes em diversas áreas do conhecimento. Por isso acredito que as instituições de ensino tem um papel fundamental na vida das pessoas. Podendo transformá-las em pessoas melhores ou não;

- É importante as faculdades preparem os alunos para o mercado de trabalho, para que estes saiam prontos para exercerem a profissão tão esperada. Muitos se frustram, pois a maioria das faculdades não formam o profissional, o ensino é bem superficial.
- A interação entre as instituições formadoras e as empresas que contratam, contribui decisivamente na gestão da formação acadêmica e proporcional um melhor atendimento às demandas do mercado consumidor;
- Deve existir uma correlação entre estes fatores. A teoria, a necessidade e o envolvimento separadamente não atingem a qualidade e a eficiência de quando se relacionam entre si;
- Seria o ideal. O que mais acontece é instituição de ensino com uma educação totalmente fora da realidade, formando profissionais completamente despreparados;
- É importante haver o alinhamento entre esses três aspectos para que as necessidades e as demandas de todos os envolvidos sejam atingidas. Mas também dar liberdade para que o novo apareça e seja o diferencial;
- O que sinto hoje é que o caminho ideal se inverteu. O acadêmico deve buscar a formação e qualificação após viver a experiência de mercado. Pois hoje existem mais oportunidades para jovens sem qualificação após (programas sociais) do que para quem está se qualificando para entrar no mercado;
- Concordo. As faculdades devem fazer mais convênios com empresas com o intuito de disponibilizar e preparar as pessoas para o mercado de trabalho;
- O principal contato e o empenho de profissionalização do profissional começa principalmente durante a faculdade. Logo, quanto maior a integração entre as entidades (faculdades, empresas e Estado) mais bem preparado sairá o profissional para o mercado de trabalho;
- Com certeza. Os alunos saem das instituições alienados, sem objetivos e sem saber para onde ir e por sua vez as empresas não querem dar oportunidade aos iniciantes. E para dar essa confiança aos empresários seria fundamental empresas juniores;
- Sim, pois quando isso ocorrer evitará muito problema de adaptação e de profissionais recém formados frustrados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo como princípio as próprias indagações e percepções, a autora pesquisadora desta pesquisa, elaborou o presente estudo de caso com os egressos do ensino superior para reunir informações acerca da relação destes com o mercado de trabalho e suas respectivas instituições de ensino superior formadoras. Logo, foi formulada a seguinte questão norteadora: com as diferentes gerações de profissionais, convivendo dentro de um mesmo espaço, sendo constantemente instigados a apresentarem resultados, para manterem-se e manter suas organizações ativas e com vantagem competitiva, os profissionais sentem-se devidamente preparados para isto. Vale ressaltar que a contribuição deste público alvo foi vital para o sucesso desta empreitada.

Os objetivos da investigação foram alcançados. Após o levantamento bibliográfico e documental, a pesquisadora detinha subsídios conceituais para contextualizar a conjuntura da temática, assim como, conseguiu levantar dados propiciando distinguir os participantes e identificar que o incômodo que a autora experimentou é comum aos demais profissionais. Vale destacar alguns pontos resultantes da pesquisa como a existência da insegurança dos aprendizes ao ingressarem no mercado de trabalho, a necessidade de continuarem se aperfeiçoando após a graduação, o não reconhecimento do desenvolvimento de habilidades e atitudes e o distanciamento da teoria da prática.

Para reflexão da questão levantada, ou seja, para que a correlação entre as pessoas, as organizações educacionais e o mercado de trabalho seja proveitosa para todos os envolvidos, primeiramente é importante salientar que o mercado de trabalho é um balizador, todavia, não pode ser o único norte para as instituições de ensino preparem os futuros profissionais; afinal como seria possível a adaptação da grade curricular no mesmo ritmo, ao considerar as demandas insaturáveis daquele?

Um dos caminhos avaliado é uma maior proximidade da formação acadêmica com as exigências do dia a dia de uma organização empresarial, da formação de verdadeiros multiprofissionais mais ajustados às realidades deste mercado e capazes de transformarem suas circunstâncias, bem como, serem cidadãos conscientes e empreendedores na sociedade. Tal convertimento se daria por meio da adoção de um modelo de ensino interdisciplinar que consiga responder aos desafios e dilemas atuais, concomitante, a promoção de transformações sociais e econômicas. Neste formato de aprendizagem, ocorreria o desenvolvimento da

autonomia, da cooperação e da criticidade, tanto nos docentes quanto nos discentes. Ou seja, as competências seriam desenvolvidas ao invés da pura transmissão de conhecimentos.

Tendo como princípio o ensino fundamentado na encadeamento entre os diversos ramos do conhecimento, por aprendizado autônomo pressupõe a busca de informações onde quer que elas estejam. Reiterando que o professor deve ser um facilitador da aprendizagem, um incentivador para os aprendizes irem em busca de vivências e experimentações dentro ou não das instituições de ensino, relacionado ou não diretamente às suas áreas de formação profissional. Neste padrão, a cooperação entre o grupo é estimulada e percebida logo de imediato nas interações pessoais entre eles. Os trabalhos em equipe e estudos de casos são meios para encontrar soluções inovadoras aos dilemas propostos. A finalidade é que reconheçam a importância do saber individual na estruturação do saber coletivo. Igualmente deve ser incitado nos aprendizes o pensamento crítico, os capacitando a ponderar e acumular somente informações relevantes. Em outras palavras, é habilitar os indivíduos a terem consciência dos próprios sentimentos e estarem aptos a tomarem as atitudes mais acertadas a partir de tal.

Uma metodologia pedagógica, que por meio de uma educação empreendedora, tem o indivíduo como centro do poder decisório mas sem perder o foco da coletividade; do desenvolvimento de uma sociedade mais justa e sustentável. Uma estratégia que transforma o modelo puramente teórico em um organismo vivo, ressaltando novamente a capacidade que as instituições de ensino possuem de exercerem funções reformadoras e de formar profissionais capazes de escutar, avaliar, questionar, ponderar e decidir; num mundo cada vez mais interdependente.

É latente a necessidade de maior aprofundamento nesta discussão, mais pesquisas e principalmente mais diálogo entre as instituições de ensino, empresários, sociedade e o Estado. É preciso refletir, pois enquanto se divulga lemas governamentais como “*Brasil: Pátria Educadora*”, ao mesmo tempo, o posicionamento do País em relação aos demais Estados referente à qualidade da educação, só decresce. Tópicos não esgotariam para sugestão de debates como educação emocional nas escolas, incitação à educação corporativa, *design thinkings*, a redefinição das diversas áreas de atuação de um profissional, a valorização do docente e do personagem principal em todos estes sistemas: o fator humano.

REFERÊNCIAS

- 6 habilidades exigidas pelo mercado que a faculdade não ensina. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/noticias/carreira/6-habilidades-exigidas-pelo-mercado-que-a-faculdade-nao-ensina/104771/> Acesso em: 22 ago. 2016.
- ALMEIDA, D. *Fórum internacional debate habilidades não cognitivas*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/35994>. Acesso em: 05 abr. 2017.
- ALMEIDA, M. G. *Pedagogia empresarial: Saberes, Práticas e Referências*. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.
- ALVAREZ, R. *Humano Demais*. 1. ed. São Paulo: Globo, 2016.
- ARANHA, M. L. A. *História da educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- As escolas permaneceram tais quais eram. Disponível em: <http://citacoesacademicas.blogspot.com.br/2013/11/as-escolas-permaneceram-tais-quais-eram.html>. Acesso em: 30 nov. 2016.
- AVEDIANI, R. O novo jeito de encarar a carreira. *Revista Exame*. 21 junho 2013. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/carreira/o-novo-jeito-de-encarar-a-carreira/> Acesso em: 31 out. 2016.
- BEKIN, S. F. *Endomarketing: como praticá-lo com sucesso*. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- BRAIN, F. R. M.; GONDIM, S. M. G; CHAVES, M. Perfil profissional, formação escolar e mercado de trabalho segundo a perspectiva de profissionais de recursos humanos. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 119-151, jan. 2003. ISSN 1984-6657. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/rpot/article/view/7234/6675>. Acesso em: 30 jun. 2017.
- BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 772, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir o tema do empreendedorismo no currículo da educação básica. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4004350>. Acesso em: 28 mar. 2017.
- BUARQUE, C. *Braxit, fuga do futuro*. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/38739/opiniao-braxit-fuga-do-futuro/>. Acesso em: 27 jun. 2017.
- CALDERÓN, A. I et al. Responsabilidade social da educação superior: a metamorfose do discurso da UNESCO em foco. *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*. Campinas, v. 15, n. 39, p. 1185-98, out./dez. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832011000400017. Acesso em: 20 abr. 2017.
- CARDOSO, I. A. R. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1982.

CARVALHO, P. C. *Recursos Humanos*. Campinas: Alínea, 2000.

CARVALHO, R. *Sugata Mitra: construa uma escola na nuvem*. Disponível em: <http://rescola.com.br/sugata-mitra-construa-uma-escola-na-nuvem>. Acesso em: 03 abr. 2017.

CATTANI, A. D. O ideal educativo e os desígnios do mercado. *Revista Espaço Acadêmico*. n. 60, mai. 2006. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/060/60cattani.htm> Acesso em: 10 abr. 2017.

CATTANI, A. D. *Trabalho e autonomia*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

CHAGAS, C. *Mais tempo na escola*. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/36679/opinio-mais-tempo-na-escola/>. Acesso em: 27 jun. 2017.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2000. Disponível em: http://home.ufam.edu.br/andersonlfc/Economia_Etica/Convite%20%20Filosofia%20%20Mariana%20Chauí.pdf Acesso em: 21 jun. 2017.

CHRISTÓVÃO, M. C. T. Vamos Construir Pontes? *Revista Linha Direta*. Disponível em: <http://livrozilla.com/doc/1060650/vamos-construir-pontes%3F> Acesso em: 04 jan. 2017.

Comenius. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Comenius>. Acesso em: 30 nov. 2016.

Comportamento: acadêmicos de administração exercitam ao ar livre a principal competência da primeira metade do século 21. 2012. Disponível em: <http://projeto futuro do planeta.blogspot.com.br/2012/05/comportamento-academicos-de.html>. Acesso em: 05 abr. 2017.

Conceito de Estratégia. Disponível em: http://nc-www5.fgv.br/cursosgratuitos/cg/OCWIA5EAD/base_rede/pag/1_1_1.html. Acesso em: 04 jul. 2017.

CORTELLA, M. S. *A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

COSTA, C. *Educação: a escola e o mercado de trabalho*. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/mobile/artigos/cotidiano/educacao-a-escola-e-o-mercado-de-trabalho/26372/> Acesso em: 24 ago. 2016.

CRUZ, P. A educação brasileira e o mundo: onde estamos? *UOL Educação*. 07 dezembro 2016. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/colunas/priscila-cruz/2016/12/07/a-educacao-brasileira-e-o-mundo-onde-estamos.htm> Acesso em: 04 jan. 2017.

CUNHA, A. Escola é a extensão natural do lar. *Correio Braziliense*. 12 julho 2016. Disponível em: <http://blogs.correiobraziliense.com.br/aricunha/escola-e-extensao-natural-do-lar/>. Acesso em: 27 jun. 2017.

Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=BQPR>. Acesso em: 29 nov. 2016.

Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/polis/>. Acesso em: 10 abr. 2017.

Discurso Motivacional de Bill Gates. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7T-CJ9IMypU> Acesso em: 24 mar. 2017.

DOLABELA, F. *Oficina do Empreendedor*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

DOWBOR, L. Educação, Tecnologia e Desenvolvimento. In: BRUNO, L (Org). *Educação e trabalho no capitalismo contemporâneo: leituras selecionadas*. São Paulo: Atlas, 1996. p. 17-40.

DRUCKER, P. F. *Sociedade de pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 2002.

DRUKER, P. F. *Fator humano e desempenho*. 3. ed. São Paulo: Pioneira, 1997.

DUTRA, J. S. A gestão de carreira. In: Fleury, M. T. L (Org.). *As pessoas na organização*. São Paulo: Editora Gente, 2002. p. 99-132.

DUTRA, J. S. *Competências: conceitos e instrumentos para a gestão de pessoas na empresa moderna*. São Paulo: Editora Atlas, 2004.

Enem mostra desigualdade entre ensino público e privado. *Jornal Nacional*. 04 outubro 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2016/10/enem-mostra-desigualdade-entre-ensino-publico-e-privado.html>. Acesso em: 16 dez. 2016.

Entenda melhor o novo sistema educacional proposto pela Finlândia. 2015. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/noticias/academico/entenda-melhor-o-novo-sistema-educacional-proposto-pela-finlandia/99981/>. Acesso em: 05 abr. 2017.

Escala Likert. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Escala_Likert. Acesso em: 20 jul. 2017.

FAJARDO, V. CNE estuda implantar competências socioemocionais no currículo escolar. *G1*. 10 setembro 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2014/09/cne-estuda-implantar-competencias-socioemocionais-no-curriculo-escolar.html>. Acesso em: 05 abr. 2017.

FASANO, B. Sangue novo no comando. *Revista Administrador Profissional*, n. 309, 2012. Disponível em <http://alexfinardi.com.br/sangue-novo-no-comando-2>. Acesso em: 26 ago. 2016.

FÁVERO, M. L. A. *Universidade e poder: análise crítica/ fundamentos históricos: 1930-45*. 2. ed. Brasília: Editora Plano, 2000.

FERRETTI, C. J et al. *Novas tecnologias, trabalho e educação: um debate multidisciplinar*. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FERRIÈRE, A. Problemas de la Educación. In: INCONTRI, D; BIGHETO, A. C. *Ensino confessional, laico ou inter-religioso? Qual a melhor resposta?* v. 1, p. 47-55, 2005. Disponível em: http://gper.com.br/documentos/ensino_confessional.pdf. Acesso em: 27 dez. 2016.

FILHO, J. B. R et al. *Transdisciplinaridade: a natureza íntima da educação científica*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

FLEURY, M. T. L; FLEURY, A. Construindo o Conceito de Competência. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 5, p. 183-196, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-65552001000500010&script=sci_abstract. Acesso em: 04 jul. 2017.

FONSECA, J. P et al. Planejamento Educacional Participativo. *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 79-112, jan/jun. 1995. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfe/article/view/33555/36293>. Acesso em: 28 jun. 2017.

FRIGOTTO, G. *A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre as relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista*. São Paulo: Autores Associados/Cortez Editora, 1984.

GASPARANI, C. Especialista ou generalista, qual profissional ganha mais? *Revista Exame*. 27 junho 2016. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/carreira/noticias/especialista-ou-generalista-qual-profissional-ganha-mais/> Acesso em: 02 set. 2016.

GEHRINGER, M. *Emprego de A à Z*. São Paulo: Editora Globo, 2008.

Gestão de Pessoas - Gerações X, Y e Z e as mudanças no mercado de trabalho. *Jornal da Globo*. Rio de Janeiro: Rede Globo, 3 de novembro de 2013. Programa de TV. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=npRcPU3IrWg>. Acesso em: 26 ago. 2016.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GÓMEZ, M. N. L. G. L. A globalização e os novos espaços da informação. *Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação*, v. 3, n. 1/2, p. 8-22, 1997. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/a/4592> Acesso em: 31 out. 2016.

GUAGLIANONI, D. G. *Administrador Especialista e Generalista*. Disponível em: <https://suapesquisaonline.wordpress.com/2014/06/06/administrador-especialista-e-generalista/>. Acesso em: 02 set. 2016.

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>. Acesso em: 17 abr. 2017.

<http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 dez. 2016.

INFANTE, V. S. *Afinal, qual é o perfil do profissional cobijado pelo mercado?* Um estudo de caso no Rio Grande do Norte. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2001_TR72_0470.pdf Acesso em: 16 nov. 2014

IV ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE, 2013, Brasília. *A Aprendizagem Experiencial e o Desenvolvimento de Competências para o Gerenciamento de Projetos*. Brasília: EnEPQ, 2013. 16p.

KLEIMAN, A. B.; MORAES, S. E. *Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola*. Campinas: Mercado das Letras, 1999.

KOBER, C. M. *Qualificação profissional: uma tarefa Sísifo*. São Paulo: Autores Associados, 2004.

KULLOCK, E. *O que é Geração Z?* Disponível em: <http://www.focoemgeracoes.com.br/index.php/o-que-e-geracao-z>. Acesso em: 30 ago. 2016.

LACERDA, S. *Capacitação profissional e o novo cenário das organizações*. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/capacitacao-profissional-e-o-novo-cenario-das-organizacoes/46146/>. Acesso em: 02 set. 2016.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_de_Diretrizes_e_Bases_da_Educa%C3%A7%C3%A3o_Nacional. Acesso em: 30 nov. 2016.

LISBOA, A. P. DF sem avanços no Ideb. *Correio Braziliense*. 09 setembro 2016. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/educacao/ensino_educacaobasica/2016/09/09/ensino_educacaobasica_interna,547940/df-sem-avancos-no-ideb.shtml Acesso em: 04 jan. 2017.

LOMBARDÍA, P. G et al. Quem é a geração Y. *HSM Management*, 70 setembro-outubro, 2008. Disponível em: <http://ftp-acd.puc-campinas.edu.br/pub/paaa/TEXTOS/PAAA3/Geracao%20Y.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2016.

LOPES, R. M. A (Org). *Educação Empreendedora: conceitos, modelos e práticas*. Rio de Janeiro: Elsevier; São Paulo: Sebrae, 2010.

LORIERI, M. A (Org). *O relacionamento interpessoal na facilitação da aprendizagem*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

LUCKESI, C. C. *Avaliação da aprendizagem escolar*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MACHADO, A. P. *O verbo, a verba e um projeto de nação*. Disponível em: <http://www.arthurpinheimachado.com.br/sem-categoria/artigo-o-verbo-a-verba-e-um-projeto-de-nacao/>. Acesso em: 29 nov. 2016.

MATTAR, F. N. *Pesquisa de Marketing*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MENDONÇA, A. W. P. C. A universidade no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 14, p. 132-150, maio/ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a08>. Acesso em: 29 jun. 2017.

MENDONÇA, F. *Empreendedorismo é o caminho para acabar com a miséria no mundo, segundo Richard Branson*. Disponível em: <http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/empreendedorismo-e-o-caminho-para-acabar-com-a-miseria-no-mundo-segundo-richard-branson/99070/>. Acesso em: 28 mar. 2017.

MENEZES, E. T.; SANTOS, T. H. Verbete ensino laico. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira* - Educabrazil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/ensino-laico/>. Acesso em: 15 dez. 2016.

Mercado de trabalho exige novo perfil de profissional, saiba como se atualizar. *Diário de Pernambuco*. 26 abril 2017. Disponível em: http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/economia/2017/04/26/internas_economia,701105/mercado-de-trabalho-exige-novo-perfil-de-profissional-saiba-como-se-a.shtml. Acesso em: 06 jun. 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE. *Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2016.

MOREIRA, S. *Sobre o rótulo das gerações*. Disponível em: <http://www.focoemgeracoes.com.br/index.php/2011/08/29/sobre-o-rotulo-das-geracoes/>. Acesso em: 25 ago. 2016.

MORIN, E. *A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MOSÉ, V. *A escola e os desafios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

MOTTA, P. R. *Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente*. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.

NASSAR N. *A universidade: entre academia e politização*. Disponível em: http://www.geneconserve.pro.br/jornalciencia_artigonagibnassar_auniversidade_entreacademi_aepolitizacao.pdf Acesso em: 29 jun. 2017.

NIEDERAUER, M. 3 milhões sem escola. *Correio Braziliense*. Brasília, n. 19.231, p. 5, jan. 2016.

NISKIER, A. *Futuro à distância*. Disponível em: <http://arnaldoniskier.com.br/cronicas/futuro+a+distancia.html>. Acesso em: 05 jul. 2017.

NUNES, A. *A diferença abissal entre ensino público e privado no Brasil também se reflete no quesito segurança* Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/a-diferenca->

[abissal-entre-ensino-publico-e-privado-no-brasil-tambem-se-reflete-no-quesito-seguranca/](#)

Acesso em: 16 dez. 2016.

O Plano Nacional de Educação (2014/2024) em movimento. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>. Acesso em: 30 nov. 2016.

OLIVEIRA, M. A.; SILVA, S. A. *Fundamentos econômicos da educação*. 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2012. 134 p. Disponível em: https://arquivostp.s3.amazonaws.com/qcursos/livro/LIVRO_fundamentos_economicos_da_educacao.pdf Acesso em: 21 jun. 2017.

OLIVEIRA, P. E (Org). *Filosofia e educação: aproximações e convergências*. Curitiba: Círculo de Estados Bandeirantes, 2012. 438 p. Disponível em: <http://www.pucpr.br/arquivosUpload/1237436911338906032.pdf> Acesso em: 21 jun. 2017.

PASSOS, I. C. *A interdisciplinaridade no ensino e na pesquisa contábil: um estudo no município de São Paulo*. São Paulo, 2004, 165 f. (Mestrado em Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2004. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-03032005-144822/en.php>. Acesso em: 28 jun. 2017.

PENNA, G et al. A teoria busca a prática na Harvard Business Scholl. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/carreira/a-teoria-busca-a-pratica>. Acesso em: 05 abr. 2017.

PEREIRA, R. Sugata Mitra: “Um professor por ser substituído por uma máquina”. *Revista Época*. 08 fevereiro 2012. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Ciencia-e-tecnologia/noticia/2012/02/sugata-mitra-um-professor-pode-ser-substituido-por-uma-maquina.html>. Acesso em: 18 abr. 2017.

Peter Norvig: A sala de aula de 100.000 alunos. Disponível em: https://www.ted.com/talks/peter_norvig_the_100_000_student_classroom?language=pt-br. Acesso em: 05 abr. 2017.

PESSOA, X. C. *Sociologia da Educação*. 2. ed. Campinas: Alínea, 2001.

PORTER, M. *Estratégia Competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

PRESTES, M. L. M. *A pesquisa e a construção do conhecimento científico: do planejamento aos textos, da escola à academia*. 2. ed. São Paulo: Rêspel, 2003.

RABAGLIO, M. O. *Ferramentas de avaliação de performance com foco em competências*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

RABAGLIO, M. O. *Jogos para seleção: como foco em competências*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

RAMOS, A. G. *Administração e contexto brasileiro: esboço de uma teoria geral da administração*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1983.

RAMOS, M. N. *O ensino médio pede urgência*. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/39452/opinia-o-ensino-medio-pede-urgencia/>. Acesso em: 27 jun. 2017.

RAMOS, M. N. *Um currículo para o Brasil*. Disponível em: <http://www.institutoayrtonsenna.org.br/todas-as-noticias/um-curriculo-para-o-brasil/>. Acesso em 27 jun. 2017.

REUNIÃO INTERNACIONAL DE ESPECIALISTAS SOBRE O ENSINO MÉDIO NO SÉCULO XXI: DESAFIOS, TENDÊNCIAS E PRIORIDADES. *Ensino Médio no século XXI: desafios, tendências e prioridades*. Relatório Final. Brasília, 2003.

REZENDE, H. *Salto de Conhecimento*. Disponível em: http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/euestudante/ultimasnoticias_geral/63,104,63,95/2016/07/06/me_gerais_interna,539279/salto-de-conhecimento.shtml. Acesso em: 29 jun. 2017.

RIBEIRO, L. *Saber Viver Profissionalmente*. Belo Horizonte: Leitura, 2003.

ROCHA, A. C. C. *A Satisfação na carreira Profissional da Geração Y nas Classes Econômicas B2, C1 e C2*. Porto Alegre, 2011. 47f. (Bacharel em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/33343>. Acesso em: 26 ago. 2016.

RODRIGUES, P. Sai a reforma do ensino médio. *Correio Braziliense*. n. 19477, p. 8, set. 2016.

SANTOS, A. R. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, C. A. *Pequenos Negócios: Desafios e Perspectivas: Educação Empreendedora*. Brasília: SEBRAE, 2013.

SANTOS, I. C et al. Percepções sobre conflitos entre gerações no ambiente de trabalho: uma breve análise sobre os Baby Boomers e gerações subsequentes. *Revista Científica Hermes*, n. 11, p. 26-46, jun/dez 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/4776/477647158002.pdf> Acesso em: 13 jun. 2017.

SANTOS, L. *Sociologia do Trabalho*. Inhumas: IFG, 2012. 76 p. Disponível em: file:///C:/Users/renata/Downloads/sociologia_do_trabalho.pdf. Acesso em: 21 jun. 2017.

SCHNEIDER, C. R. *Educação: o desafio da qualidade*. Disponível em: <http://www.carlosrodolfochneider.blog.br/2016/02/29/educacao-o-desafio-da-qualidade/>. Acesso em: 28 jun. 2017.

SEBRAE. *Sobrevivência das Empresas no Brasil. Relatório*. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/estudos_pesquisas/taxa-de-sobrevivencia-das-empresas-no-brasildestaque15,01e9f925817b3410VgnVCM2000003c74010aRCRD. Acesso em: 28 mar. 2017.

SEBRAE; ENDEAVOR BRASIL. Empreendedorismo nas Universidades Brasileiras. *Relatório*. 2016.

SEMINÁRIO INOVAÇÕES EM ATIVIDADES CURRICULARES: EXPERIÊNCIAS NO ENSINO SUPERIOR PEREIRA, III, 2011, Campinas. *Inovações curriculares: experiências no ensino superior*. Campinas: FE/UNICAMP, 2011. 565 p.

Significado de Estratégia. Disponível em: <https://www.significados.com.br/estrategia/>. Acesso em: 04 jul. 2017.

Significado de Pesquisa. Disponível em: <https://www.significados.com.br/pesquisa/>. Acesso em: 19 abr. 2017.

SOBRINHO, J. D. *Dilemas da educação superior no mundo globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento?* São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

SOBRINHO, J. D. Educação superior, globalização e democratização: qual universidade? *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n. 28, p. 164-173, jan./apr. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782005000100014. Acesso em: 20 abr. 2017.

SOUZA, P. N. P. *LDB e Educação Superior (Estrutura e Funcionamento)*. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2001.

Steve Jobs Discurso Stanford Completo e Legendado. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s9E6XfJPAMM>. Acesso em: 10 abr. 2017.

TEIXEIRA, M. A. P. *A experiência de transição entre a universidade e o mercado de trabalho na adultez jovem*. Rio Grande do Sul, 2002. (Doutor em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/4007>. Acesso em: 01 jun. 2017.

TEIXEIRA, M. A. P.; GOMES, W. B. Estou me formando... E agora? Reflexões e perspectivas de jovens formandos universitários. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, n. 5 (1), p. 47-62, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v5n1/v5n1a05.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2017.

TORTORETTE, M. A. *tendência generalista*. Disponível em: <http://www.catho.com.br/carreira-sucesso/noticias/tendencias/a-tendencia-generalista>. Acesso em: 30 jun. 2017.

Transcrição completa do maravilhoso discurso de Steve Jobs na Universidade de Stanford, em 2005. Disponível em: <https://macmagazine.com.br/2008/12/12/transcricao-completa-do-maravilhoso-discurso-de-steve-jobs-na-universidade-de-stanford-em-2005/>. Acesso em: 23 mar. 2017.

UNIVESP. *D - 06 - Benjamin Constant*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YiOcPFdofi0>. Acesso em: 17 abr. 2017.

VASCONCELLOS, C. S. *Construção do Conhecimento em Sala de Aula*. 13. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2002.

VASCONCELLOS, C. S. *Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula*. 8. ed. São Paulo: Libertad Editora, 2007.

VELLEI, C. Universitários felizes com seus cursos dão dicas de como escolher a profissão certa. *Guia do Estudante*. 16 maio 2017. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/universitarios-felizes-com-seus-cursos-dao-dicas-de-como-escolher-a-profissao-certa/>. Acesso em: 31 mai. 2017.

VIEGAS, W. *Fundamentos de metodologia científica*. 2. ed. Brasília: Paralelo 15, Editora Universidade de Brasília, 1999.

VIEIRA, A. M.; FILENGA, D. *Faces e vicissitudes do trabalho: perspectivas históricas e contemporâneas*. SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, v. 7, 2010.

VIGOTSKI, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

Você no Comando da sua Educação. Disponível em: <http://geracaodevalor.com/blog/voce-no-comando-da-sua-educacao/>. Acesso em: 09 mar. 2017.

WERTHEIN, J.; CUNHA, C. *Fundamentos da nova educação*. Brasília: UNESCO, 2000.

WRIGHT, P et al. *Administração estratégica: conceitos*. São Paulo: Atlas, 2000.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Questionário de Pesquisa aplicado aos Egressos do Ensino Superior

A presente pesquisa pretende determinar o perfil dos egressos do ensino superior brasileiro, gerando dados exploratórios para a análise.

1) IDENTIFICAÇÃO:

a) Qual a sua faixa de idade:

<input type="checkbox"/>	Menor que 18 anos
<input type="checkbox"/>	De 18 a 21 anos
<input type="checkbox"/>	De 22 a 30 anos
<input type="checkbox"/>	De 31 a 40 anos
<input type="checkbox"/>	De 41 a 50 anos
<input type="checkbox"/>	De 51 a 60 anos
<input type="checkbox"/>	61 anos ou mais

b) Sexo:

<input type="checkbox"/>	Feminino
<input type="checkbox"/>	Masculino

c) Grau de escolaridade:

<input type="checkbox"/>	Graduação
<input type="checkbox"/>	Pós-Graduação
<input type="checkbox"/>	Mestrado
<input type="checkbox"/>	Doutorado
<input type="checkbox"/>	Pós-Doutorado/Livre Docência

d) Está empregado atualmente?

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

2) SOBRE VOCÊ, O PROFISSIONAL:

a) Como você escolheu seu curso superior?

<input type="checkbox"/>	Influência dos pais
<input type="checkbox"/>	Necessidade ou moda do mercado de trabalho
<input type="checkbox"/>	Amor ou identificação com o curso (vocação)
<input type="checkbox"/>	Outros:

b) Como você se posiciona sobre as afirmações abaixo:

	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Não concordo, nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
Eu me senti bem preparado para o mercado de trabalho quando me formei.					
Eu tenho plena consciência do perfil profissional que o mercado demanda.					
Eu pretendo continuar me especializando.					
A necessidade da especialização está diretamente relacionada com a necessidade do mercado.					

3) SOBRE O MERCADO DE TRABALHO:

a) Como você se posiciona sobre as afirmações abaixo:

	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Não concordo, nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
Sinto que o mercado de trabalho não mudou nada desde que eu iniciei meu curso de graduação.					
Sinto-me totalmente estimulada pela exigência de resultados positivos constantes.					
Estou totalmente preparada para conviver com pessoas de diferentes gerações/pensamentos					
Eu conheço totalmente a demanda por multiprofissionais/profissionais generalistas.					

4) SOBRE AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR:

a) Como você se posiciona sobre as afirmações abaixo:

	Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Não concordo, nem discordo	Discordo parcialmente	Discordo totalmente
Durante o ensino superior, foram desenvolvidas minhas habilidades e atitudes.					
O ensino superior me preparou para situações do dia a dia do exercício profissional.					
A instituição de ensino superior ajudou na minha formação como cidadão.					

b) Quais desses programas as instituições de ensino superior deveriam implementar para melhorar a preparação de seus alunos?

<input type="checkbox"/>	Empresas juniores
<input type="checkbox"/>	Programas de estágios
<input type="checkbox"/>	Atividades práticas
<input type="checkbox"/>	Outros:

5) PARTICIPAÇÃO:

a) Qual a sua opinião sobre a seguinte afirmação:

“É necessário haver uma confluência entre as instituições de ensino, mercado de trabalho e as pessoas que as compõem”.